



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPOS ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA COM ENFÂSE EM AGROECOLOGIA

ANDRÉ GUÊZ DOS SANTOS

**IMPACTO DO MONOCULTIVO DA SOJA TRANSGÊNICA NA AGRICULTURA
CAMPONESA DO ASSENTAMENTO RONDINHA-JÓIA, RS.**

PONTÃO
2018

ANDRÉ GUÊZ DOS SANTOS

**IMPACTO DO MONOCULTIVO DA SOJA TRANSGÊNICA NA AGRICULTURA
CAMPONESA DO ASSENTAMENTO RONDINHA-JÓIA, RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Bacharel em Agronomia da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Floriano Greco Martins

PONTÃO

2018

Santos, André Guêz dos Impacto do monocultivo da soja transgênica na agricultura camponesa do Assentamento Rondinha-Jóia, RS/ André Guêz dos Santos. -- 2018.
87 f.: il.
Orientador: Adalberto Floriano Greco Martins.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia,
Erechim, RS, 2018.
1. Impactos. 2. Soja transgênica. 3. Agricultura camponesa. I. Martins, Adalberto, orientador.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Fonte: Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo autor.

ANDRÉ GUÊZ DOS SANTOS

“IMPACTOS DO MONOCULTIVO DA SOJA TRANSGÊNICA NA AGRICULTURA
CAMPONESA DO ASSENTAMENTO RONDINHA – JÓIA – RS”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Adalberto Floriano Greco Martins

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 08/06/2018.

Banca examinadora:

Prof. Adalberto Floriano Greco Martins

Prof. Ulisses Pereira de Mello

Prof. Jacir João Chies

Dedico este meu trabalho de conclusão de curso para a minha família que me apoiaram nesse momento delicado de estudos e pesquisas. Aos meus colegas e amigos que contribuíram de uma forma ou de outra no aprimoramento desse material, assim como também ao meu orientador que muito se dedicou e me apoiou na construção do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois a ele devo todo meu saber e a minha vida. Agradeço aos meus pais, João Ideir Pereira dos Santos e Clecir Guêz, irmão Anderson Guêz dos Santos e a minha querida companheira Mayara Winie de Lima Bissoli por estarem ao meu lado todos os dias que senti dificuldades de prosseguir me dando forças, carinho e amparo para que fosse possível chegar até aqui. Agradeço também aos professores, colegas e amigos por me ajudarem a desenvolver este trabalho.

Ao grupo dos “Netos” amigos irmãos que o curso me proporcionou conhecer, amizades que levarei para a minha vida toda.

Também quero aqui deixar meu agradecimento especial ao MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por juntamente com muitos camponeses ter me proporcionado a oportunidade de ser um agricultor com a chance de estudar e desenvolver a capacidade de compreender as relações entre a terra e o ser humano, a compreensão sobre a sociedade e a organização do trabalho na construção do ser social e no desenvolvimento da consciência crítica.

Sou de uma terra tão rica
mas sou um pobre desta terra
não sei porque ela fica
com quem não precisa dela
pra vida ela é causa nobre
mas, prá tirá-la dos pobres
os ricos promovem guerra

Precisa ser partilhada
a santa terra de Deus
pois sei que ela foi criada
para todos os filhos seus
e o fim do latifúndio
faz parte dos sonhos meus

E assim me vou andando
levando a vida pra frente
hora me vejo chorando
passo momentos contentes
horas de paz e de guerra
com tarefa a ser cumprida
luta imponente o sem terra
pela terra prometida!
(Gilmar Fernandes).

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso, que tem por objetivo analisar os impactos que a soja transgênica trouxe para a agricultura camponesa do Assentamento Rondinha, localizado no município de Jóia no estado do Rio Grande do Sul. A produção da soja transgênica foi implantada no assentamento nas décadas de 1990 e 2000 e desde então os agricultores camponeses vem vivenciando os impactos sócio ambientais e econômicos dessa nova forma de produção. A partir das dificuldades encontradas pelos camponeses com a produção da soja surge a importância de uma análise mais profunda sobre os impactos da produção dos transgênicos e as mudanças que este modelo de produção traz para famílias camponesas do Assentamento Rondinha. Para tanto utilizou-se uma metodologia de pesquisa quali-quantitativa, um estudo de caso com um roteiro de campo, entrevistando famílias assentadas que estão diretamente ligadas a produção transgênica, na busca por entender os motivos que levaram os agricultores a produzirem tal monocultura e os impactos que a mesma trouxe para os camponeses. Verificou-se com o presente trabalho que a produção transgênica afetou de forma negativa as famílias, descaracterizando a agricultura camponesa e prejudicando o meio ambiente, devido à grande quantidade de agrotóxicos usado para a produção. A monocultura interferiu na soberania alimentar da família e na autonomia do agricultor, nas decisões dentro sua propriedade, além de que é um sistema de produção pouco rentável para as pequenas propriedades devido aos altos custos de produção por hectare. Conclui-se, portanto, que os benefícios da produção transgênica para os agricultores são muito pequenos se comparados os impactos que a mesma traz para as famílias assentadas, demonstrando a importância de se preservar a agricultura camponesa que é uma das formas dos agricultores enfrentar o avanço do capital no campo brasileiro. A organização das famílias nas cooperativas e nos grupos de mulheres, assim como as atividades comunitárias nos permite entender a capacidade organizacional e econômica dos camponeses, que com as suas diferentes formas de resistência permeiam os tempos enfrentando o capital atualmente conhecido como o agronegócio.

Palavras-chave: Impactos. Soja transgênica. Agricultura camponesa. Resistência.

RESUMEM

El presente trabajo se trata de un estudio de caso, que tiene por objetivo analizar los impactos que la soja transgénica trajo para la agricultura campesina del Asentamiento Rondinha, ubicado en el municipio de Jóiá en el estado de Rio Grande do Sul. La producción de la soja transgénica fue implantada en el asentamiento en las décadas de 1990 y 2000 y desde entonces los agricultores campesinos vienen viviendo los impactos sócio - ambientales y económicos de esta nueva forma de producción. A partir de las dificultades encontradas por los campesinos con la producción de la soja surge la importancia de un análisis más profundas sobre los impactos de la producción de los transgénicos y los cambios que este modelo de producción trae para familias campesinas del Asentamiento Rondinha. Para ello se utilizó una metodología de investigación cuali-cuantitativa, un estudio de caso con un itinerario de campo, entrevistando las familias asentadas que están directamente ligadas a la producción transgénica, en la búsqueda por entender los motivos que llevaron a los agricultores a producir tal monocultivo y los impactos que la misma trae para los campesinos. Se verificó con el presente trabajo que la producción transgénica afectó de forma negativa a las familias, descaracterizando la agricultura campesina y perjudicando el medio ambiente, debido a la gran cantidad de agrotóxicos utilizados para la producción. La monocultura interfirió en la soberanía alimentaria de la familia y en la autonomía del agricultor, en las decisiones dentro de su propiedad, además de que es un sistema de producción poco rentable para las pequeñas propiedades, debido a los altos costos de producción por hectárea. Se concluye, por lo tanto, con ese trabajo que los beneficios de la producción transgénica para los agricultores son muy pequeños si se comparan los impactos que la misma trae para las familias asentadas, demostrando la importancia de preservar la agricultura campesina que es una de las formas de los agricultores enfrentarse el avance del capital en el campo brasileño. La organización de las familias en las cooperativas y en los grupos de mujeres, así como las actividades comunitarias nos permite entender la capacidad organizacional y económica de los campesinos, que con sus diferentes formas de resistencia permean los tiempos enfrentando el capitalismo, actualmente conocido como el agronegocio.

Palabras clave: Impactos. Soja transgénica. Agricultura campesina. Resistencia.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
COOPERCAMPO	Cooperativa Agrícola de Produção, Comercialização e Prestação de Serviço Ltda.
COOPERVIDA	Cooperativa Agrícola Terra Vida Ltda.
COPERMIS	Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Jóia.
FEE	Fundação de Economia e Estatística.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IMEA	Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens.
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
OGM	Organismo Geneticamente Modificado.
RAP	Reforma Agrária Popular.
SIGRA	Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES.
VARIG	Viação Aérea Sul-Riograndense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.....	16
Mapa 2 - Localização do Assentamento Rondinha, Jóia (RS).....	18
Tabela 1- Distribuição de terras no município de Jóia, RS.....	18
Tabela 2 - Custos de produção por hectare de soja na região sul do Brasil.	61
Gráfico 1 - Variação de preços saca/grão da soja no RS de 1995 a 2018.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I. O ASSENTAMENTO RONDINHA	16
1.1 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO RONDINHA: UMA HISTÓRIA DE LUTA.....	16
1.2 O DESENVOLVIMENTO, O SISTEMA PRODUTIVO E A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO ASSENTAMENTO RONDINHA.....	20
CAPÍTULO II. AGRICULTURA CAMPONESA, ASSENTAMENTO E TERRITÓRIO	25
2.1 ORIGEM E DEFINIÇÃO DE CAMPONESES	25
2.2 A AGRICULTURA CAMPONESA NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	34
2.3 O ASSENTAMENTO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA	42
CAPÍTULO III. O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	46
3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO NOROESTE DO RS	46
3.2 A INTRODUÇÃO DA MONOCULTURA DA SOJA NO ASSENTAMENTO RONDINHA	52
3.3 OS IMPACTOS DA SOJA TRANSGÊNICA PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS E PARA O MEIO AMBIENTE	57
CAPÍTULO IV. EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO RONDINHA	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICES	88

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa é um estudo de caso que foi realizado no Assentamento Rondinha, que se encontra localizado no município de Jóia, no estado do Rio Grande do Sul, produto da luta dos camponeses organizados, através do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O assentamento foi oficializado, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1994 e está localizado dentro da antiga Fazenda Ronda que pertencia a empresa aérea VARIG (Viação Aérea Sul-Riograndense).

Atualmente o Assentamento Rondinha é formado por duzentas e trinta e duas famílias, oriundas de três acampamentos diferentes. A produção das famílias em sua maioria é caracterizada pela agricultura camponesa, com uma produção diversificada tanto agrícola quanto pecuária. Entre as principais atividades produtivas das famílias assentadas, está a pecuária leiteira, a produção de grãos e de alimentos destinado ao consumo das famílias.

A agricultura camponesa vai muito além da produção de alimentos. Ela traz presente consigo vínculos e relações sociais de um modo de viver que é característico dos agricultores camponeses, na sua busca por um espaço tanto para a produção de alimentos, como também para a vida e sobrevivência no campo. Uma das características peculiares é o esforço desses trabalhadores na busca e na construção da soberania alimentar, na prática de uma agricultura sustentável, com uma produção de alimentos saudáveis, na organização e na cooperação agrícola. O fato da transgenia e o uso dos produtos químicos estarem impregnados dentro das propriedades dos assentados, restringe esses agricultores a uma produção convencional, sem nenhuma garantia de uma alimentação segura, desconstruindo as suas relações sociais e produtivas.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), hoje o estado do Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do país, vindo logo atrás do Mato Grosso e do estado do Paraná. Entre 1995 e 2015, o Rio Grande do Sul triplicou a sua produção de soja, passando de 5.847.985 toneladas, em 1995, para mais de 15.700.980 toneladas no ano de 2015, apresentando um crescimento de 168%.

A macrorregião noroeste Rio-Grandense passou de 4.449.477 toneladas de grãos de soja produzidos em 1995 para mais de 9.182.870 toneladas em 2015,

representando um aumento de 106%. O que não é muito diferente para o município de Jóia que em 1995 apresentou uma produção de 86.400 toneladas de soja e em 2015 passou para 208.140 toneladas sendo o 3º maior produtor do estado, representando um aumento exacerbado da produção dessa *commoditie*.

A produção da soja nos últimos anos vem competindo com as áreas destinadas a produção de alimentos para o autoconsumo das famílias assentadas. As consequências da produção no modelo convencional, que possui uma alta dependência de uso dos insumos químicos e da mecanização, sem a preocupação com a preservação dos recursos naturais como a terra, a água e o ar, cada dia se tornam mais visíveis na região, causando impactos socioambientais e graves consequências para a saúde dos trabalhadores.

Segundo a SIGRA (2017), no Assentamento Rondinha, 59% dos assentados trabalham com a bovinocultura de leite, e 98% dos assentados desenvolvem alguma atividade agrícola, seja ela, policultivo, horta, pomar, ou produção de grãos como, milho, soja, trigo, feijão, etc. Através dos dados apresentados, é possível compreender o tamanho e a importância da agricultura para o assentamento.

Por esse motivo surge a necessidade de um estudo com essas famílias, visando a compreensão dos impactos da produção transgênica da soja para a agricultura camponesa local, as quais muitas vezes padecem com os efeitos do uso dos agrotóxicos e da dependência dos “pacotes tecnológicos” para a produção desse grão, perdendo também seu vínculo com o campesinato.

A escolha do tema de estudo foi uma construção coletiva do autor juntamente com camponeses e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde surgiu a necessidade da pesquisa para esclarecer e identificar os impactos que o novo modelo agrícola instalado dentro do assentamento traz tanto para os agricultores que estão envolvidos diretamente com a produção agrícola como para o meio ambiente e a sociedade em geral.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar os impactos causados pelo monocultivo da soja transgênica para a agricultura camponesa do Assentamento Rondinha. Para tal utilizou-se dos seguintes objetivos específicos: descrever a respeito da história da produção agrícola do Assentamento Rondinha antes da instalação do atual modelo produtivo; os impactos causados pelo monocultivo intensivo da soja transgênica para a agricultura camponesa realizada pelas famílias que vivem no Assentamento Rondinha bem como também analisar e discutir e

identificar ações que demonstrem a resistência das famílias camponesas em contraposição ao atual modelo de produção da soja transgênica dentro do Assentamento Rondinha.

Para a realização do estudo utilizou-se como metodologia, um estudo de caso exploratório que segundo Robert Yin (2004, p.11), é uma forma de “[...] realizar pesquisas, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inserido em algum contexto da vida real”. Também foi elaborado um referencial bibliográfico, com leitura de artigos e livros dos autores que já descreveram sobre o assunto agricultura camponesa, território, assentamento e também sobre o agronegócio.

A pesquisa a campo foi realizada com famílias de agricultores do Assentamento Rondinha, com aplicação de questionário semiestruturado (Apêndice A), contendo perguntas relacionadas a como era organizado o processo produtivo no início do assentamento e as mudanças com a introdução da monocultura, os impactos socioambientais e econômicos para a agricultura camponesa causados pela implantação desse novo modelo produtivo da soja, como se organiza a cadeia produtiva da soja no assentamento e as vantagens/desvantagens dessa produção.

Foram escolhidas cinco famílias de três grupos distintos do Assentamento Rondinha para serem entrevistadas. Essas famílias atualmente se encontram envolvidas com a produção da soja transgênica e aderidas ao pacote tecnológico, mas também reproduzem características fundamentais do campesinato. O fato das famílias terem essa relação entre a agricultura camponesa e a produção da soja transgênica permite que seja possível identificar de fato os impactos que esses agricultores vivenciam.

Nas entrevistas foi estabelecido um diálogo com as famílias, buscando um maior aprofundamento nas questões tratadas. As entrevistas foram marcadas evitando atrapalhar as atividades agrícolas e pecuárias de cada agricultor. Para a sistematização dos dados coletados a campo foi utilizado o prefixo “entrevista” e o número da família entrevistada, na busca de preservar a imagem do agricultor.

É importante destacar aqui a participação das mulheres nas entrevistas, que como companheiras e protagonistas do processo produtivo dentro do núcleo familiar tem uma relevância muito significativa para a permanência do camponês no campo. As entrevistas foram gravadas para facilitar o diálogo com os produtores e posteriormente foram transcritas para a sistematização dos dados e inserção dos

resultados no trabalho.

Para a realização do presente trabalho também se fez o uso de dados de fontes secundárias como por exemplo o SIGRA (Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre outros órgãos.

O autor utilizou-se da pesquisa participante como forma de qualificar o estudo e está relacionado com a vivência do autor no local de onde foi realizado o presente trabalho, pois o mesmo é filho de assentado, e se encontra envolvido no processo produtivo do assentamento, sentindo as dificuldades e as consequências das mudanças em relação a produção do local onde foi desenvolvida a pesquisa.

O trabalho foi desenvolvido em uma estrutura de capítulos onde foi abordado os assuntos propostos nos objetivos específicos do presente trabalho. No primeiro capítulo, foi realizado um breve histórico do Assentamento Rondinha, com uma caracterização do sistema produtivo e da evolução que as famílias presenciaram no decorrer dos anos dentro do assentamento, aqui foram abordados os vários desafios que se sucederam na tentativa de organizar a produção do assentamento e das propriedades.

O segundo capítulo, traz uma abordagem mais teórica dos conceitos que foram utilizados para caracterizar agricultura camponesa, e o assentamento como território de resistência, utilizados no decorrer das discussões do estudo, debatendo as ideias dos principais autores como Alexander Chayanov, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Van der Ploeg.

No terceiro capítulo, do presente estudo, é construído uma abordagem a respeito do agronegócio e a sua expansão no campo brasileiro e gaúcho, demonstrando como esse modelo se organiza e se expande pelas fronteiras agrícolas do país. Nesse capítulo é possível perceber a opinião dos agricultores do Assentamento Rondinha, sobre os impactos da produção transgênica da soja para o meio ambiente, para a sociedade e para a agricultura do local onde foi realizado o estudo.

A resistência dos camponeses frente o avanço da monocultura é o tema abordado no quarto capítulo, procurando trazer para o leitor as formas de organização dos agricultores do Assentamento Rondinha, na tentativa de resistir as mudanças no sistema de produção vivenciado na última década. Aqui é possível perceber de que maneira a cooperação e a entre ajuda fortalece as famílias

permitindo a sua existência e sua reprodução no campo, como também o trabalho cooperado, os grupos de mulheres e a interação entre os assentados fortalece essa resistência do camponês no campo.

CAPÍTULO I. O ASSENTAMENTO RONDINHA

Nesse capítulo, será resgatado alguns elementos importantes para a caracterização do local onde foi desenvolvido a pesquisa. Aqui serão abordados alguns temas como a formação do Assentamento Rondinha, e uma breve caracterização da sua produção agrícola e pecuária, assim como as lutas dos movimentos sociais em prol dos direitos dos trabalhadores.

1.1 A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO RONDINHA: UMA HISTÓRIA DE LUTA

O Assentamento Rondinha está localizado no município de Jóia, que se encontra na mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1), a uma altitude de cerca de 302 m em relação ao nível do mar, com uma área de 1.235,885 Km² e uma população estimada de 8.668 habitantes segundo dados estatísticos do IBGE para o ano de 2016.

Mapa 1 – Região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.



O município de Jóia, segundo Oliveira (2014), possui 76% de seus habitantes na zona rural, e apenas 24% na área urbana, e dos mais de 127 mil hectares de terra pertencentes ao município, cerca de 10 mil hectares foram destinados aos assentamentos rurais, organizados pelos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). No total são cerca de 585 famílias assentadas, localizadas em diferentes regiões do município distribuídas em um total de seis assentamentos federais da reforma agrária sendo eles o Rondinha, Simon Bolívar, Ceres, Tarumã, Barroca e Santa Tecla e dois estaduais no caso o Reassentamento Novo Amanhecer e o Reassentamento 31 de Maio¹.

O município de Jóia desenvolve uma grande diversidade de atividades agrícolas e pecuárias, entre as principais e de interesse econômico, encontramos a produção de grão como é o caso da soja, o milho e o trigo e na área da pecuária se destaca a criação de gado leiteiro e em alguns casos a criação extensiva do gado de corte. A produção leiteira em sua maioria é praticada em pequena escala por camponeses.

A Tabela 1, demonstrando a estrutura fundiária do município de Jóia explica de uma maneira simples a realidade da concentração de terras da região. Cerca de 85,93% dos proprietários de terras do município, possuem de 10 a 100 hectares, e uma pequena quantidade de proprietários (cerca de 4,98%), concentra 64,5% de todas terras da região. Esse fator é importante para a caracterização da agricultura do município. Apesar de algumas dessas pequenas propriedades não serem de um todo camponesas, trazem em suas raízes vínculos com a terra, característicos de uma agricultura de autoconsumo.

Muitos dos grandes proprietários de terras que se encontram estabelecidos no município possuem mais que uma propriedade, por isso uma quantidade enorme de terras possui um número minúsculo de proprietários. Essa grande desigualdade na distribuição agrária no município é de certa forma uma herança da colonização brasileira e da divisão de terras da coroa, da grilagem de terras e expansão do latifúndio, na época das charqueadas aqui no Rio Grande do Sul.

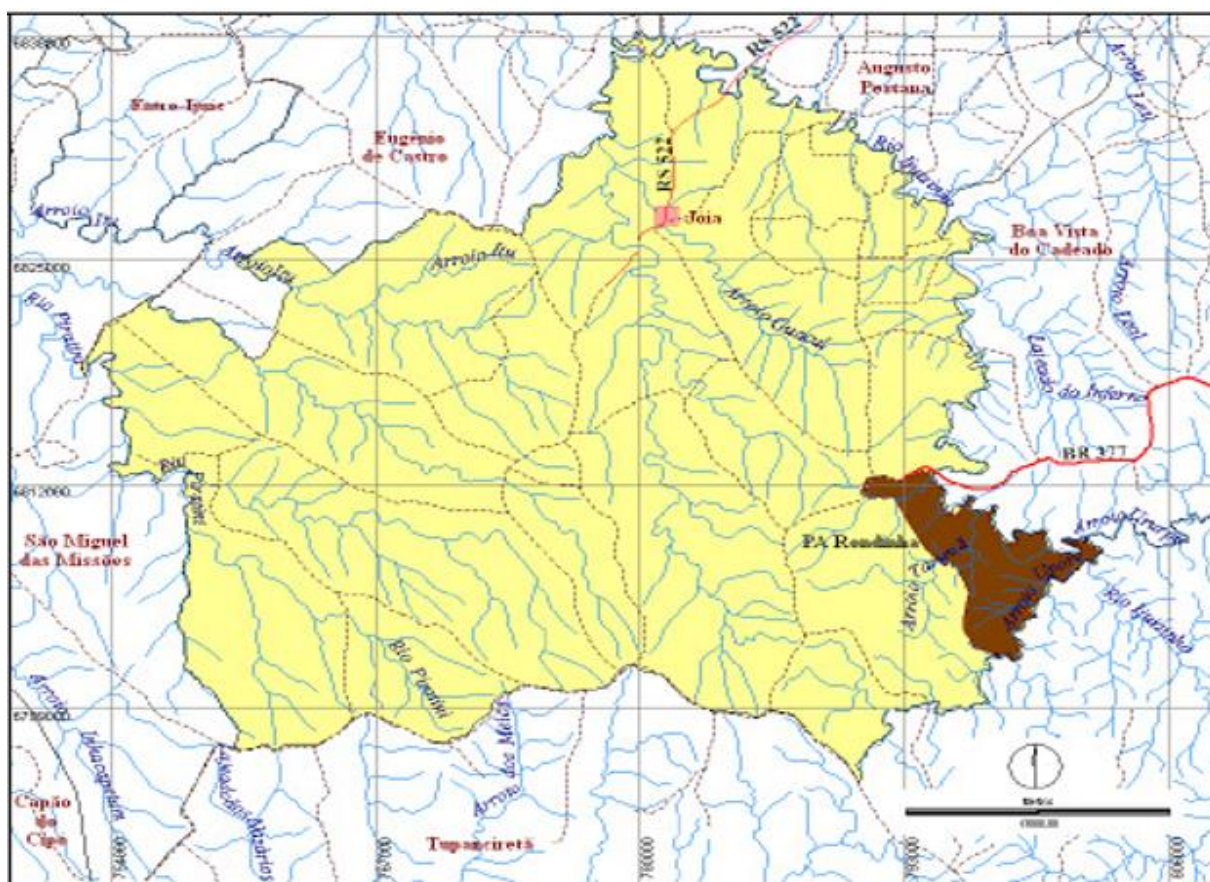
¹ O Reassentamento 31 de maio e o Reassentamento Novo Amanhecer é fruto da relocação das famílias atingidas pela Barragem Dona Francisca, cujo lago atingiu partes dos municípios de Nova Palma, Pinhal Grande, Agudo, Ibarama, Estrela Velha e Arroio do Tigre.

Tabela 1- Distribuição de terras no município de Jóia, RS.

Variação	Propriedades	Proprietários	Área	Área %
0 a 50 há	780	68,18%	16.482,8 há	13%
50 a 100 há	203	17,75%	4.291,2 há	3,50%
100 a 500 há	105	9,18%	23.931,7 há	19%
Acima de 500 há	506	4,98%	82.577,3 há	64,50%
Total	1.594	100%	127.283 há	100%

Fonte: Adaptado de REIS, 2004 *apud* MENDES, (2010).

O Assentamento Rondinha (representado no Mapa 2), foi o segundo assentamento a ser implantado em Jóia, no ano de 1995 e se encontra a uma distância de 20,5 Km da sede do município. O mesmo conta com uma área total de 4.200 hectares, com aproximadamente 18 quilômetros de comprimento e tem como divisas o município de Boa Vista do Cadeado (divisa por águas) ao leste e ao sul o município de Tupanciretã.

Mapa 2 - Localização do Assentamento Rondinha, Jóia (RS).

Fonte: Banco de dados. INCRA, 2004 *apud* MENDES, 2010.

Conforme descrito por Mendes (2010), o Assentamento Rondinha, herdou esse nome da antiga Fazenda Rondinha, que significa banhado cercado, onde as tropas de gado paravam e os tropeiros depois de um longo dia de percurso se revezavam com a ronda dos animais que tropeavam, enquanto descansavam para seguirem viagem.

A primeira vez que essa área do Assentamento Rondinha foi ocupada, foi no dia 04 de dezembro do ano de 1994, na qual as famílias que integravam o acampamento, sofreram um despejo violento com ação brutal dos policiais militares de Jóia e região. Apesar da ordem de despejo, os camponeses exerceram uma grande resistência no local pressionando o município, o governo e o proprietário da fazenda.

Foi através dessa resistência dos camponeses sem terra, que no dia quinze de março de mil novecentos e noventa e cinco o governo concretizou a compra da área que atualmente se encontra o Assentamento Rondinha e no dia 08 de abril as famílias sorteadas ocuparam a área da antiga fazenda, que já estava comprada pelo INCRA sendo mais uma conquista dos trabalhadores na luta pela reforma agrária.

De acordo com Oliveira (2014), as famílias que compõem o assentamento são oriundas de três acampamentos diferentes, sendo eles do município de Não-Me-Toque, Lagoa Vermelha e de São Miguel das Missões. Muitos camponeses já estavam a mais de quatro anos na luta pela terra e isso foi um dos pilares para a concretização da compra da área pelo governo, à pressão desses camponeses pela reforma agrária.

Logo no início do assentamento, os camponeses preocupados com a educação de seus filhos, recorreram as autoridades do município responsáveis para que fosse possível pelo menos a realização do ensino fundamental as crianças. Já no ano de mil novecentos e noventa e seis, através das constantes reivindicações dos assentados, o Conselho Estadual de Educação aprovou a construção da escola de 1º grau no assentamento e que devido aos problemas com a prefeitura só se concretizou em 1998 e foi oficialmente inaugurada em 1999.

Conforme descrito por Mendes (2010), a discussão dos agricultores em torno da educação, não se limitava apenas a construção de uma escola, mas sim a que tipo de educação se faz necessário para os filhos dos assentados, camponeses em processo de aprendizagem. É assim então que após reuniões e discussões para decidir o rumo do ensino escolar no assentamento que se optou por uma educação

baseada na realidade dos agricultores, com ênfase para o trabalho no campo voltada para a terra e para a luta dos povos pela reforma agrária, dentro dos princípios do MST.

No ano de 2002, a equipe diretiva da escola juntamente com a coordenação e a comunidade, se reuniram para a escolha do nome da escola na qual foi homenageado o companheiro de luta Joceli Corrêa, assassinado pelos capangas do dono da antiga Fazenda VARIG durante o período de ocupação da área. A partir de então, em 2004 a escola passa a ser de ensino fundamental e médio, permitindo que os alunos concluíssem o ensino da pré-escola até o 3º ano do ensino médio sem a necessidade de se deslocarem para a cidade. Foi nessa escola que o pesquisador iniciou os estudos fundamentais no ano de 2000 e em 2011 se formou no 3º ano do Ensino Médio.

1.2 O DESENVOLVIMENTO, O SISTEMA PRODUTIVO E A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO ASSENTAMENTO RONDINHA

Com a conquista da terra, as lutas não cessaram, nem por parte das famílias nem dos movimentos sociais. Com o sorteio dos lotes as famílias recém assentadas começam a enfrentar inúmeras dificuldades com relação a recursos para investimentos na propriedade (como é o caso das construções rurais, recursos destinados a agricultura, água potável, energia elétrica, estradas e moradia).

A produção do Assentamento Rondinha, se baseava principalmente no autoconsumo através do trabalho coletivo com realização de mutirões para a limpeza das plantações de milho, arroz, feijão, mandioca, umas das poucas alternativas para a produção de alimentos naquela época.

A produção para o autoconsumo, mas também a produção de outras culturas para renda monetária, se realizava com as ferramentas simples, características dos pequenos agricultores, como a enxada, a foice e o machado e a força de trabalho se baseava no trabalho braçal dos homens e das mulheres assentadas e pelos implementos puxados com tração animal.

As famílias do Assentamento Rondinha se organizavam em 17 núcleos e experimentavam a produção coletiva de alimentos tanto nos níveis mais simples como as trocas de serviço, mutirões, as mais complexas como as cooperativas com a possibilidade de manter animais e plantações individuais em nível familiar. Cada

grupo se reunia definia uma área onde seria destinada para o cultivo de grãos coletivamente, onde as limpezas eram realizadas através de mutirões com todos os integrantes do grupo. Mas também as famílias tinham o seu pedaço de terra para produzir e criar animais da forma que mais lhes fosse conveniente. As decisões eram tomadas nas reuniões de grupos que aconteciam em todos os bolsões, nas comunidades de cada grupo.

A meta da produção do assentamento nessa fase inicial era alimentação das famílias e a produção para a comercialização considerando a resistência frente ao avanço do agronegócio no campo, produzindo a diversidade de alimentos. A definição da linha produtiva era pensada através das dificuldades encontradas pelos agricultores com relação aos recursos financeiros e o escoamento da produção da lavoura.

A experimentação sempre foi uma palavra chave para os assentados que desafiados pelas dificuldades se dedicaram a encontrar alternativas de produção que amenizasse o gasto com logística e o problema de armazenagem, onde não havia qualquer estrutura. A produção de porongos para a fabricação de cuias e a produção de vassoura foram algumas soluções encontradas para os primeiros anos. Esses produtos eram menos suscetíveis as más condições de transporte, possuindo um baixo custo de produção e um alto rendimento por área cultivada.

Os alimentos como feijão, arroz, batata-doce, mandioca, batata-inglesa, milho entre outras espécies de plantas comestíveis assim como pequenos animais (porcos), bovinos utilizados na alimentação das famílias assentadas eram produzidos e criados dentro de suas propriedades, tendo uma significativa redução na dependência do mercado.

A comercialização da produção era escoada para o comércio mais próximo localizado na cidade de Jóia, que por muitas vezes não conseguia receber toda a produção do Assentamento Rondinha. Outros centros comerciais com maior capacidade de recebimento de grãos (Ijuí e Cruz Alta) ficavam aproximadamente 70 Km do município com estradas sem pavimentação e com péssimas condições o que acabava por encarecer os gastos com a questão da logística e aumentava o risco de perdas dos produtos perecíveis. A produção cooperativada então foi uma das alternativas encontradas pelos agricultores para resolver o problema com a comercialização e o escoamento.

O processo de cooperação no Assentamento Rondinha, vinha se construindo

desde o acampamento. Mesmo antes de conquistarem a terra já se pensava no trabalho cooperado como forma de resistência das famílias e de sobrevivência do agricultor nas pequenas propriedades dentro do assentamento. As primeiras cooperativas surgiam logo nos primeiros anos, e se desenvolveram rapidamente ganhando espaço no mercado e beneficiando muitas famílias associadas.

Não foram poucas as tentativas por parte das famílias de organizarem o trabalho e a produção através do trabalho cooperado. Muitas conquistas, mas também fracassos fazem parte dos resquícios de muitas das cooperativas que infelizmente não perseveraram, por dificuldades econômicas e administrativas.

A primeira cooperativa organizada pelas famílias na região foi a COPERVIDA (Cooperativa Agrícola Terra Vida Ltda.), uma cooperativa de prestação de serviços que atendia os municípios de Jóia e Tupanciretã, formada por famílias de vários assentamentos² da região. Essa cooperativa foi fundada no dia 08 de março de 1997.

A organização da COPERVIDA requeria que todos os associados, estivessem organizados em núcleos de base, com no mínimo dez associados cada um, com a finalidade de incentivar a cooperação entre os sócios, analisar e propor melhorias para a cooperativa e organizar melhor a produção dos assentamentos. A cooperativa tinha como objetivos congregar os assentados rurais e pequenos agricultores, bem como suas iniciativas de cooperação, estimular a cooperação entre seus associados, estimular o desenvolvimento e a defesa de suas atividades econômicas e sociais de caráter comum, assessorar e coordenar o planejamento organização e controle da produção, prestar serviços de infraestrutura, tais como: transporte, armazenamento, beneficiamento, classificação e padronização de produtos destinados ao mercado e aos associados entre outras opções de serviços.

A COPERMIS ³(Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Jóia) foi a segunda cooperativa que veio para beneficiar os agricultores dos assentamentos da reforma agrária, prestando serviços na área da pecuária leiteira. Essa cooperativa já atuava na região e depois que a COPERVIDA veio a falência a COPERMIS (após

² Sessenta e quatro famílias do Assentamento Santa Tecla, duzentas e trinta e três do Assentamento Rondinha, trinta famílias do Assentamento Barroca, cento e quatorze do Assentamento Ceres, esses localizados no município de Jóia. Em Tupanciretã, no Assentamento Nossa Senhora de Fátima atendia sessenta e quatro famílias.

³ A COPERMIS (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores de Jóia), já existia na região e era dirigida pelos pequenos agricultores. Essa cooperativa não foi organizada pelo MST, logo o processo de criação e administração é diferente do adotado pela organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

debate interno do MST), passou a recolher o leite de parte das famílias assentadas.

Em 2008, foi criada a COOPERCAMPO (Cooperativa Agrícola de Produção, Comercialização e Prestação de Serviço Ltda.), que ainda hoje funciona e atua na região com o objetivo de atender as famílias que trabalham com a bovinocultura leiteira, com prestação de serviços de máquinas para preparo de lavouras e pastagens e confecção de silagens de diversos tipos de grãos. A mesma cooperativa também trabalha com uma agroindústria onde se processa grãos como amendoim e feijão. A discussão é para que o amendoim e o feijão produzido nos assentamentos da região sejam orgânicos.

Existem algumas famílias que trabalham organizadas em grupo com a pecuária leiteira com uma produção mensal de aproximadamente trinta mil litros. O grupo sete é composto por seis famílias, todos parentes próximos e que organizam a divisão do trabalho no tambo de uma forma interessante. O processo de ordenha e manejo dos animais não se torna enfadonho por que cada família assume as atividades pecuárias por uma semana, enquanto os demais integrantes folgam, sendo que a família da semana é responsável por todo o manejo relacionado aos animais. As decisões a respeito de qualquer atividade no tambo leiteiro são tomadas em conjunto com todos os integrantes do grupo. O campo onde se abriga os animais e as pastagens são feitas nos lotes das famílias do grupo que é coletivo tanto a terra como os animais.

Outra experiência de cooperação que tem trazido bons resultados para os envolvidos é o Coletivo Mãe Terra, que foi criado com o objetivo de fabricação de panificados, bolos e salgados, onde um grupo de 10 mulheres assentadas se organizam, participando das feiras da agricultura familiar do município, e confeccionando bolos, cucas e salgados em geral para encomendas dos próprios agricultores do assentamento e pessoas da região. Essa organização demonstra o empoderamento feminino dentro do assentamento e avanço no debate e na construção da igualdade de gêneros.

Essas diversas atividades desenvolvidas no assentamento, sejam elas cooperadas ou não, são avanços conquistados pelos agricultores através da sua organização e resistência. O que não pode esquecer é dos fracassos que também são fatores importantes na construção do assentamento.

O Assentamento Rondinha teve um grande retrocesso, quando no ano de 2000 foi diagnosticado a presença de febre aftosa em 19 propriedades do município

de Jóia, sendo necessário o sacrifício de todos os animais de casco partido, como bovinos e suínos. Nesse vazio sanitário o Assentamento Rondinha foi atingindo em cheio. E apesar da indenização dos animais abatidos, realizado pelo Governo Estadual, o valor ressarcido foi muito menor ao que foi investido pelos agricultores, de maneira que gerou uma grande crise para o município e para as famílias assentadas. Foram abatidos aproximadamente oito mil bovinos, setecentos e setenta ovinos e mais de dois mil suínos sendo que o período do vazio sanitário durou mais de seis meses.

Apesar de todas as dificuldades atualmente os assentados de uma maneira geral, possuem uma boa infraestrutura em suas propriedades com casa, galpões e estábulos. Muitas famílias se especializaram na produção de grãos outros na produção leiteira. Algumas trabalham com horta e hortigranjeiros, cada família buscando uma fonte de renda para sobrevivência e manutenção de suas necessidades.

Cada família possui em média cerca de 17,5 hectares e quanto as principais atividades agrícolas segundo o SIGRA (2017), 59% dos agricultores do Assentamento Rondinha trabalham com a bovinocultura de leite, e 98% dos assentados desenvolvem alguma atividade agrícola, seja ela, policultivo, horta, pomar, ou produção de grãos como, milho, feijão, soja, etc. A produção leiteira é desde o início do assentamento uma das mais importantes fontes de renda para os camponeses.

CAPÍTULO II. AGRICULTURA CAMPONESA, ASSENTAMENTO E TERRITÓRIO

Esse capítulo tratará da origem e da construção do conceito de camponeses, bem como o processo e o desenvolvimento da agricultura camponesa na região sul do Brasil. Nesse capítulo buscou trazer uma discussão sobre os assentamentos como territórios de resistência dos camponeses.

2.1 ORIGEM E DEFINIÇÃO DE CAMPONESES

A origem dos camponeses acompanha a história da humanidade em sua evolução, diferenciando-se em cada modo de produção. O conceito da palavra camponês, já teve muitos significados e nem sempre foi reconhecido como inferior, incapazes de tomar suas próprias decisões, ou um estado de subordinação a um senhor ou um patrão como é tratado por muitos autores da atualidade.

Segundo Ribeiro (2012, p.1),

[...] a história dos camponeses não foi uma história formada apenas no século XX, mas sim uma construção histórica desde sistema feudal em que os servos já começavam a repudiar as imposições dos senhores e procuravam a viverem livres. Dessa forma os camponeses iniciavam suas pequenas lavouras em outras terras, para viverem livres da dominação dos senhores feudais.

O termo camponês tem diversas possibilidades de definição conceitual, e cada área da ciência tende a destacar características específicas e perspectivas de um ou outro de seus componentes constitutivos. Da mesma forma, os contextos históricos onde o campesinato está inserido nas diferentes sociedades, muda suas características elementares, mas nunca perdendo a sua essência. Em ambos conceitos se pode perceber alguns elementos e princípios básicos do campesinato, permitindo aos que se dedicam ao estudo do camponês, tanto na área das ciências quanto na política, que possam dialogar, entorno das características que demonstram a presença da condição camponesa.

Conforme descrito por Vanderlinde (2004), o conceito de campesinato é muito amplo em termo de definições, e pode ser interpretado de maneiras totalmente diferentes, dependendo da época em que é estudado, o local onde se encontram e as suas reivindicações, bem como também suas relações com movimentos sociais.

Este autor, traz uma discussão do conceito de camponês como algo abrangente e suscetível a diversas interpretações, dependendo da sua localização

no espaço tempo sofrendo influência das concepções e correntes históricas. O autor Ciro Flamiron Cardoso ressalta que o “‘Campesinato’ é uma noção vaga, ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos; ” (CARDOSO, 2002, p.19), e é por isso que se torna tão complexo de ser analisado, difícil de ser compreendido e estudado.

Segundo Duby (1962 apud VANDERLINDE 2004), as dificuldades de reconhecer o camponês e de observar as suas relações hoje, se dá principalmente pela maneira de quem os observa e os estuda, geralmente provenientes de meios distantes do rural distorcendo a realidade e confundindo a imagem desses sujeitos.

Conforme descrito por Ribeiro (2012), a agricultura camponesa, surgiu como fruto da resistência às imposições do sistema feudal e mais adiante do sistema capitalista de produção. Mas além dessa afirmação é importante considerar o que diz Ariovaldo Umbelino de Oliveira quando escreve que com

[...] o desenvolvimento industrial e o conseqüente crescimento das cidades, a agricultura foi se transformando, adaptando-se. Esse processo adquiriu características distintas em cada país em particular, mas no geral havia um traço comum. De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também a manutenção das próprias relações feudais pelos junkers prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como com outras formas comunitárias de produção na Ásia, África e América. (OLIVEIRA, 2007, p.21).

Na América, o processo da colonização não destruiu de um todo a organização das comunidades indígenas que existiam nessas terras. Segundo Oliveira (2007), o capitalismo após a dominação (pela força) desse “povo”, utilizou-se das formas com que eles produziam para se apropriar das mercadorias colocando esses produtos para circular dentro da economia capitalista industrial. Foi assim que o capitalismo subordinou os povos da América aos seus interesses comerciais, tornando os em colônias dos grandes impérios capitalistas realizando a acumulação primitiva do capital.

A dominação dos povos indígenas na América se deu através da manutenção da sua estrutura comunitária e produtiva das aldeias, destinando-se os excedentes aos espanhóis que os subordinaram a produzir mercadorias conforme seus

interesses. Segundo Oliveira,

A partir do momento que, por pressão externa, sobretudo inglesa, o tráfico de escravos foi extinto e a escravidão proibida, muitas foram as formas encontradas pelo capital internacional para continuar o processo de dominação dos muitos povos do mundo todo. No Brasil, o colonato foi implantado dentro desse contexto, aparecendo, portanto, como necessidade de superação da crise do trabalho escravo, e como tal se caracterizando, de forma ampliada, como trabalho livre. O trabalho livre, nesse caso, definia qualitativamente uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. (OLIVEIRA, 2007, p.25).

O trabalhador agora livre não se diferenciava em grande parte do escravo visto que também estava separado dos meios de produção, uma característica que era comum entre eles. Porém o trabalhador livre se diferenciava do escravo na medida que seu trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nesse processo surgia a sua sujeição ao capital representado pelo “proprietário da terra”.

Apesar de que por um lado o trabalhador escravo se diferenciava do trabalhador livre, por outra eram iguais. A mudança que ocorreu na maneira de produzir mercadorias, agora com o colonato nas fazendas (grandes latifúndios), tinha a mesma finalidade: fortalecer e ampliar a economia baseada na exportação de mercadorias como a cana e o café para a Europa capitalista.

Segundo Martins (1979), colonato no Brasil por sua vez não pode ser considerado como um regime onde o trabalho era assalariado porque nas relações capitalistas o dinheiro é a única forma de pagamento pela força de trabalho do empregado. Como no colonato o pagamento se dava pelo menos de três formas distintas: um pagamento pré-determinado para o colono cuidar do cafezal (tratos culturais), uma porcentagem sobre a produção do cafezal e um espaço para que a família pudesse produzir o que quisesse para a sua sobrevivência e o excedente comercializado pelo próprio colono, se caracteriza um regime de relações não - capitalistas.

Além do que conforme Martins (1979), o colono naquela época não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar. É essa produção baseada no trabalho familiar que torna impossível classificar essas relações como capitalistas. O fato de que no colonato brasileiro o salário era disfarçado e não aritmético descaracteriza as relações capitalistas de produção visto que para tal o salário é necessário na aquisição dos meios de sobrevivência do colono por intermédio do mercado para produzir a força de trabalho. Essas condições são

essenciais para caracterizar as relações de produção capitalistas.

Esse trabalhador livre que ocorreu no Brasil após o fim da escravidão, com relações de trabalho subordinado à grande fazenda, gerou forte dependência pessoal, e se expressaram nas relações do “colonato” no café, mas também na “morada de condição” no Nordeste, na relação da peonagem no sul do Brasil e no centro oeste, do agregado.

Nos últimos dois séculos com as grandes transformações sociais, técnicas, econômicas e culturais que se sucederam no meio rural com o surgimento do capitalismo e a sua expansão, a agricultura camponesa passa a ser vista como um grande entrave ao desenvolvimento e a modernização da agricultura. Apesar de serem noções muito vagas e sem concretude funcionaram muito bem como alavanca ideológica para a desvalorização do camponês.

A agricultura camponesa além de um modo de produzir no campo também é um modo de vida das famílias, estas que se organizam e se relacionam com a natureza e a comunidade, em busca da sua sobrevivência e a resistência no meio rural ante a invasão do agronegócio. A sobrevivência das famílias camponesas se dá em pequenas áreas de terra produzindo uma diversidade de alimentos se diferenciando do latifúndio realizado em grandes extensões territoriais (Görgen, 2005).

Segundo Görgen (2005), na agricultura camponesa o trabalho realizado na propriedade não é assalariado, é familiar, mas além do trabalho essa agricultura também tem como característica fundamental a produção de alimentos para o autoconsumo constituindo um espaço de liberdade para a família.

Apesar de que o trabalho assalariado não seja a principal forma de trabalho dentro de uma unidade de produção camponesa, o agricultor pode precisar de mais força de trabalho para poder garantir a sua existência, por isso o trabalho assalariado pode ser um componente dessa forma de organização, desde que seja empregado dentro da unidade de produção por um determinado período de tempo o suficiente para cobrir momentos de muita demanda de trabalho, bem como o núcleo familiar pode liberar pessoas para eventualmente se assalariar fora (proletarizar-se em algum período do ano em que tenha menos trabalho). Estes fatos não alteram a natureza da unidade produtiva (GÖRGEN, 2005).

Para o agricultor camponês o valor que ele obtém através da venda da sua produção não é um fator relevante, mas sim a sua sobrevivência. Portanto uma

parte da sua produção agrícola entra no consumo direto da família como um meio de subsistência direta e pôr fim a outra parte da produção é vendida como forma de mercadoria, que vai garantir que o camponês possa comprar produtos para a sua manutenção. O dinheiro aqui não tem a finalidade de gerar riquezas, mas suprir a necessidade da família.

Segundo Oliveira (2007), a centralidade camponesa está justamente na reprodução da família, logo a lógica econômica (economia mercantil simples) tem no consumo a sua centralidade econômica, que é consumo de meios de vida e consumo de meios de trabalho tudo isso visando a reprodução da família.

Conforme descrito por Oliveira (2007), a distinção entre agricultura camponesa e a produção capitalista é mister e nota-se pela diferença em que o movimento da circulação do capital acontece. Na produção capitalista a fórmula que melhor representa essa circulação se expressa na fórmula $D-M-D'$, onde o D equivale ao dinheiro antecipado para comprar mercadorias (M), como é o caso dos meios de produção e a força de trabalho, que ao final da produção e de sua respectiva venda, gerará o D' , e esse corresponde a reposição do dinheiro antecipado no processo de produção mais um adicional correspondente a mais valia gerada pelos trabalhadores (força de trabalho).

Nesta forma de circulação de capital ($D-M-D'$) o objetivo é a obtenção do lucro (mais valia, convertida em lucro, na mão do proprietário dos meios de produção). Nem qualquer outro valor interessa ao proprietário do dinheiro a não ser a obtenção de um valor maior que o inicial e por isso se distingue tanto da fórmula simples de circulação do capital que representa a agricultura camponesa $M-D-M$. Aqui a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de obtenção de novas mercadorias que sejam igualmente necessárias para a satisfação das necessidades da família, sendo assim um movimento de vender para comprar (OLIVEIRA, 2007).

José Vicente Tavares dos Santos (1978), é quem apresenta um conjunto de nove elementos que estruturam a produção camponesa. São esses nove elementos, a força de trabalho familiar, a ajuda mútua, a parceria, o trabalho acessório, a jornada de trabalho assalariado, a socialização do camponês, a propriedade da terra, a propriedade dos meios de produção e pôr fim a jornada de trabalho, reafirmando que a força de trabalho familiar é o que move o processo do trabalho dentro da unidade camponesa, sendo a família considerada uma unidade coletiva de

trabalho. Além da importância da ajuda mútua entre os camponeses utilizada para suprir em determinados momentos a força de trabalho familiar e a parceria que pela ausência de condições financeiras por parte do camponês para assalariar outros trabalhadores em sua propriedade se faz necessário, o trabalho acessório e a jornada de trabalho assalariada são elementos-chaves na caracterização do camponês.

O trabalho acessório segundo José Tavares dos Santos (1978), diz respeito a um meio no qual o agricultor camponês recorre em certas épocas do ano transformando-se em trabalhador assalariado, recebendo assim por período de trabalho. Essa transformação do camponês lhe permite que constitua uma fonte de renda extra permitindo uma renda monetária suplementar dentro da unidade camponesa.

A força de trabalho assalariada que é encontrada dentro da unidade camponesa vem atender uma emergência que é falta de força de trabalho em épocas em que o ciclo produtivo das culturas atingem o seu pico como exemplo a colheita do milho, do feijão, onde as tarefas a serem realizadas exigem rapidez e uma intensa mão de obra.

A comunidade também desenvolve um papel fundamental na constituição da agricultura camponesa assim como os laços de família, pois os objetivos a serem alcançados são o grande motor que move a família camponesa rumo a sua estabilidade econômica.

Os espaços comunitários são formas estruturantes que constituem o campesinato na sua essência. Os espaços destinados ao lazer, festas, jogos e religiosidade, de troca de experiências, de expressão e da diversidade tem um significado e todos desenvolvem um papel fundamental dentro da organização da comunidade camponesa. A diversidade cultural e as relações que cada família tem com a natureza, assim como os graus de parentesco e de vizinhança tem uma ação determinante na caracterização do modo camponês (OLIVEIRA, 2007).

Um dos autores que ainda no início do século XX se dedicou a tratar do tema agricultura camponesa, foi o economista russo Alexander Chayanov com suas teorias a respeito da economia não-capitalista. Chayanov (1981), descreve que a agricultura camponesa deve ser tratada como um modo de organizar a produção agrícola, mas além disso como um modo de vida das pessoas onde procuram estruturar suas esferas da vida econômica, ambiental, cultural e social em um

conjunto impossível de ser dividido.

Alexander Chayanov (1981), defendia que a agricultura camponesa na zona rural não se baseava na dinâmica da economia clássica que trabalhavam com categorias como renda, salário e lucro. Para ele cada família camponesa possui uma dinâmica demográfica própria, pelo número de integrantes do núcleo familiar e por suas respectivas idades e isso é que será responsável pela variação no volume necessário de trabalho para produzir o suficiente ao consumo dos integrantes da família. Assim como Chayanov também é importante o que escreve Ploeg sobre a organização e a caracterização do camponês.

As características fundamentais da condição camponesa e o que realmente os caracteriza segundo Ploeg (2008), é a sua luta por autonomia realizada dentro de um contexto marcado pelas relações de dependência, privações e pela marginalização na qual estão submetidos. A condição do camponês os leva a lutar pela criação de uma base de recursos que seja autocontrolada e gerenciada pela própria família, permitindo que se criem formas de coprodução entre o camponês e a natureza viva, aumentando as perspectivas de sobrevivência, fomentando a autonomia e reduzindo a dependência.

Conforme descreve Ploeg (2008), um dos elementos que constituem o campesinato e que permitem caracterizar a condição camponesa é a coprodução, ou seja a relação produtiva em que se estabelece entre o homem e a natureza, a base de recursos, os padrões de relações mercantis em que a família está envolvida na busca da sua autonomia, a sobrevivência característica desse modo de produção, a pluriatividade e por último, mas não menos importante os padrões de produção. Na coprodução a agricultura, a pecuária, a produção de horticulturas, silvicultura, a caça, a pesca e a transformação da matéria prima em subprodutos são expressões fundamentais para distinguir o rural do urbano.

Outro autor que aborda a questão do campesinato no contexto do desenvolvimento histórico brasileiro é Ariovaldo Umbelino de Oliveira que compreende que o camponês também é,

[...] um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de migrações (OLIVEIRA, 2007. p. 11).

Cabe salientar que no Brasil, a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terras, se tornou uma das principais formas de acesso dos camponeses a um pedaço de chão onde pudessem produzir e viver. Essa forma de organização social permite a recriação do campesinato, como negação do sistema capitalista, ainda que este possa ser reassimilado na medida que se submeta ao padrão hegemônico da matriz produtiva e tecnológica da agricultura capitalista. Porém há outras formas de recriação do campesinato, como a que é desenvolvida pelo próprio capitalismo. No Brasil, isto ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, na medida em que os planos econômicos dos militares, puxaram os pequenos agricultores para as regiões centro oeste e norte do país, seja via processos de colonização ou pelas oportunidades de trabalho pela expansão da agricultura.

O capitalismo pode ter criado o camponês em diversas regiões do país, mas é importante compreender que independentemente da forma como o camponês é recriado (na luta pela terra ou pelos processos de colonização), o capitalismo sempre buscará submeter esta relação camponesa ao processo de acumulação de capital, seja pelo capital comercial ou pelo capital bancário. Esse processo de exploração dos camponeses segundo Oliveira (2007), é conhecido como monopolização do capital, onde o capitalismo recria o camponês com a intenção de captar a renda da terra por ele gerada. Esse fenômeno é diferente do processo de territorialização do capital, por que aqui o capital elimina o camponês e fica apenas com o trabalho assalariado, transformando os camponeses em operários agrícolas (boias frias).

Além de compreender essa relação que existe entre o capitalismo e o campesinato também faz necessário compreender as diferentes correntes de pensamentos sobre o camponês. De acordo com Fernandes (2004), na atualidade brasileira três distintos paradigmas sobre o campesinato são os mais debatidos pelos pesquisadores. São eles:

- a) O paradigma do fim do campesinato, onde afirma que o campesinato está em vias de extinção. De acordo com Fernandes,

[...] esse modelo de interpretação do campesinato tem duas leituras. Uma está baseada na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado. A outra leitura do fim do campesinato acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista. (FERNANDES, 2004, p.1).

- b) O paradigma da metamorfose do campesinato que afirma que o campesinato está passando por um processo de evolução, de camponês para agricultor familiar. De acordo com Fernandes,

O paradigma da metamorfose do campesinato surgiu na última década do século XX e é uma espécie de “terceira via” à questão do campesinato. Acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo. (FERNANDES, 2004, p.1-2).

- c) Por fim o paradigma do fim do fim do campesinato. Este é o mais relevante aqui e defende a sua existência através da sua resistência. Esse paradigma do fim do fim do campesinato ressalta que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. De acordo com Fernandes,

O paradigma do fim do fim do campesinato tem uma leitura mais ampla que o anterior. Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. O arrendamento é uma possibilidade de recriação do campesinato, outra é pela compra da terra e outra é pela ocupação da terra. Essas são as três formas de recriação do campesinato. E assim se desenvolve num constante processo de territorialização de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato. O que é compreendido como fim também tem o seu fim na poderosa vantagem que o capital tem sobre a renda capitalizada da terra, gerada pelo trabalho familiar. (FERNANDES, 2004, p.1).

É importante saber que o capital quando se apropria das riquezas produzidas pelo camponês através da renda capitalizada da terra acaba gerando a destruição do campesinato. Porém conforme descreve Fernandes (2004), para o capital é importante a continuação desse processo de exploração pois lhe beneficia, permitindo o seu desenvolvimento. Mas a principal estratégia do capital é a obtenção da mais valia através do trabalho assalariado.

No campo, o capitalista além da mais valia obtida com a exploração da mão de obra, também obtém a renda da terra, portanto, a forma prioritária para o capital é o assalariamento. Quando isso não é possível o capitalista subjugou os camponeses para extrair deles a renda da terra através de mecanismos comerciais ou bancários.

Os camponeses têm diversas formas de organização, como as cooperativas, grupos e coletivos e isso os auxilia na busca pela resistência. São formas de combater o avanço do capital e ampliar as fronteiras de seus territórios ao mesmo tempo. Porém é importante lembrar que o processo organizativo depende da evolução da consciência social do camponês que pode avançar ou não dependendo de como ele organiza a sua vida.

2.2 A AGRICULTURA CAMPONESA NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

A origem dos camponeses,

“[...] está relacionada à realidade da idade média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista”. (MARQUES 2000, p.60).

A partir dos anos 1960, o Brasil passa por profundas transformações no setor da agricultura e conseqüentemente essas mudanças afetam diretamente o meio rural. No centro dessas transformações, está o processo que levou a modernização conservadora da agricultura que aqui, assume duas características que são fundamentais. Num primeiro momento, o processo de subordinação dos trabalhadores rurais a produzir o que a indústria exigia como matéria prima, tornando dependentes da mecanização pesada na agricultura, e em um segundo momento, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas (algumas estrangeiras), que se beneficiaram de políticas públicas governamentais de incentivo à expansão.

Essa discussão a respeito do camponês adquire um lugar importante na área das ciências sociais brasileiras nos anos 50, mesma época em que as “Ligas Camponesas”, começam a se organizar para lutar contra as grandes concentrações de terras. Essas Ligas Camponesas surgiram da luta dos trabalhadores que moravam com as suas famílias e trabalhavam dentro das fazendas. Os camponeses

exigiam que os fazendeiros fizessem contratos de terras para que não fossem expulsos das terras onde moravam a hora que melhor conviesse ao fazendeiro. Nessa época o ciclo de acumulação de capital que a agricultura brasileira vivia no pós-guerra, em especial o comércio do açúcar, já criava condições para o pleno assalariamento. Então a Liga surge como forma de resistir a expulsão desses camponeses de dentro da grande fazenda.

Boa parte do campesinato brasileiro nessa época ainda vivia formas de dependência que lhes atrelava ao mandonismo político dos fazendeiros (“coronéis”). Tirando os pequenos agricultores que surgiram com a colonização imigrante no sul do país, onde se cria um tipo novo de camponês, um camponês que era proprietário de terra. Até a década de 1950 e meados de 1960, o camponês brasileiro nunca teve terra, o que o camponês tinha era a posse dessa terra, não a sua propriedade. Ainda não estava organizado o “mercado de terras” como o conhecemos hoje.

As relações de dependência pessoal, de subalternidade, que marcam o campesinato pós escravidão, irão desaparecer ao longo das décadas 1960 e 1970 por dois mecanismos: primeiramente pelas formulações de leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), onde o trabalhador terá seus primeiros direitos trabalhistas e possibilidade de se organizar em sindicatos (trata-se da extensão da CLT de 1943 para ao campo brasileiro) e o Estatuto da Terra (1964). Outro caminho foi a penetração das relações capitalistas, que forçou o assalariamento dos camponeses. Então, tirando aquele camponês que se formou com a imigração (um camponês que podemos dizer que é independente), os demais camponeses no Brasil são marcados pela ausência de propriedade da terra, pela subalternidade e apesar disto pela luta de resistência.

Aquele camponês que outrora detinha a posse da terra e nela produzia o seu sustento, agora expulso do campo pelo avanço das fronteiras agrícolas perde os seus aparatos essenciais que o caracterizava como tal e passa a viver nas periferias das crescentes grandes cidades. É a partir daí que começam a ser organizadas as Ligas Camponesas, uma forma de resistência e luta contra o sistema capitalista que se expandia pelo campo brasileiro. Aqui no Rio Grande do Sul, a história do desenvolvimento do camponês nesses mais de três séculos de história traz algumas especificidades, se comparado com o desenvolvimento do campesinato brasileiro, porém em nenhum momento é uma história sem conflitos.

Segundo Silva (2017), os indígenas que a mais de um século já faziam

dessas terras seu lar e os caboclos que vieram do norte do país atraídos pela grande quantidade de ervais que existiam na região, foram os precursores da ocupação do espaço gaúcho. Com o tempo povos da região de São Paulo também migram para o sul do país em busca das grandes boiadas selvagens, tornando-se criadores de gado e militares com a função de guarnecer as fronteiras do país.

De grosso modo a origem do caboclo segundo Silva Neto; Frantz (2005), pode ser genericamente definida como povos oriundos de bandeirantes e tropeiros paulistas que aqui se ligavam a mulheres indígenas, de colonos açorianos que por distintas razões acabaram perdendo suas terras, de estancieiros com mulheres escravas, de indígenas sobreviventes e que sofreram um processo de acultramento e de desempregados das charqueadas depois do desenvolvimento da indústria frigorífica.

A produção dos caboclos se caracterizava como uma agricultura itinerante e complementar, pelo fato de que o caboclo não tinha a posse da terra, sendo forçado a se realocar todas as vezes em que as terras onde morava ganhavam alguma importância econômica para o estado ou para o estancieiro. Também pode se dizer que essa agricultura era complementar dentro da estância por que o caboclo era produtor de alimentos e também fornecedor de mão de obra para o estancieiro.

Em um primeiro momento essas terras e matas ocupadas pelos indígenas e pelos caboclos que habitavam essa região em nada interessava aos militares e fazendeiros. Porém com o início do tropeirismo, pela descoberta do caminho de Vacaria a Missões e o aumento dos milicianos que ocupavam a região das fronteiras, os conflitos por terras começaram e a cada dia se tornaram mais sangrentos.

Como descreve Silva (2017),

De maneira geral a ocupação e apropriação inicial do estado do Rio Grande do Sul ocorrem basicamente por paulistas, que inicialmente vieram atrás de captura de gado e posteriormente permanecem no Rio Grande do Sul, tornando-se criadores e até chefes militares com função de garantir as fronteiras. No primeiro momento as áreas de matas não interessam a esses criadores ou militares, e assim permanecia ocupada por pequenos posseiros também chamados de caboclos, ou trabalhadores dos ervais públicos. (SILVA, 2017, p.13).

As implantações de propriedades de caráter familiar no Rio Grande do Sul através da coroa, se deu por duas iniciativas públicas, conforme descreve (SILVA NETO; FRANTZ, 2005, p.56).

A primeira, em meados do século XVIII, com agricultores açorianos ao longo da Depressão Central. A segunda, com agricultores alemães, poloneses e italianos principalmente deu-se ao longo do século XIX nas terras de mato da Depressão Central, Encosta do Planalto e Planalto propriamente dito.

Essa preocupação da coroa em povoar o território gaúcho em especial as regiões da Depressão Central e do Planalto gaúcho é o resultado da importância econômica das terras do Rio Grande do Sul. Com o Tratado de Madrid houve uma ampliação da área desse território, e o direito formal não era o suficiente, era preciso ocupar efetivamente com famílias esses locais de terras devolutas para garantir a posse dessa terra.

Dessa forma a coroa brasileira segundo Silva Neto; Frantz (2005), resolveu transferir colonos açorianos para essa região. O objetivo era o adensamento populacional e o aumento das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul com o intuito de abastecer as tropas sediadas aqui, mas também uma política de valorização das terras do sul do Brasil.

Com a lei de terras de 1850, a terra se torna propriedade privada e assim o Estado impossibilita as camadas mais pobres da sociedade de obterem acesso a mesma. Quem possuía uma condição econômica mais alta obteve os títulos de posse de grandes áreas de terra, consolidando os latifúndios característicos dessa região do país.

A partir de 1850 outro fenômeno começa a predominar no Rio Grande do Sul, chamado de colonização privada da terra. Essa colonização segundo Silva Neto; Frantz (2005), foi mais importante que a oficial. No período de 1824 e 1918, foram implantadas cinquenta e uma colônias oficiais enquanto que as colônias privadas chegaram a mais de duzentas. Os agricultores familiares se viam obrigados a produzir muitos excedentes para que fosse possível saldar suas dívidas com as imobiliárias de terras.

Em um primeiro momento a única forma de escoamento da produção dessas famílias agricultoras era através dos rios que ligavam essas terras a os mercados. Mais tarde a construção da estrada de ferro que passou por Santa Maria, Cruz Alta, Carazinho, Ijuí, fortaleceu essa relação entre os agricultores e o mercado.

Em meados de 1875, as terras baixas já se encontravam colonizadas pelos imigrantes alemães, o que “forçou” os imigrantes italianos a se dirigirem para as regiões do Nordeste e também para o planalto do Rio grande do Sul. A partir de 1890 foi iniciada a fundação das “colônias novas”, com a criação da colônia de Ijuí,

devido ao esgotamento de terras nas regiões da Depressão Central. Segundo (SILVA NETO; FRANTZ, 2005, p.64).

O esgotamento das terras, porém, terminou sendo inevitável de tal forma que, para assegurar aos descendentes o acesso à terra, era agora necessário subir a serra, atravessar as terras de campo do Planalto Médio para adquirir novas áreas na recém fundada colônia de Ijuí, onde os lotes eram de apenas 25 hectares.

Essas colônias que foram criadas tanto pela coroa como pela iniciativa privada que foi responsável pela grande maioria delas, priorizava a alocação dos imigrantes e desvalorizava o caboclo que habitavam essa região do Rio Grande do Sul. “O caboclo, ou agricultor nacional como era chamado, raramente foi considerado nestes projetos” [...] (SILVA NETO; FRANTZ, 2005, p. 60). Poucos foram os caboclos que conseguiram se beneficiar com a Lei de Terras e registrar suas posses, tanto pela falta de informações dos agricultores nacionais, como pelo fato de que a maioria morava dentro das estancias.

A grilagem de terras também foi um dos fatores decisivos para a caracterização da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, por diversos meios e muitas vezes através de tramas com representantes do Poder Público da época, os grileiros se apossavam das terras chamadas devolutas (terras da União e dos Estados), falsificando títulos de propriedade, junto aos órgãos responsáveis pela “regularização” e usavam de violência para expulsar posseiros e comunidades indígenas.

É nesse contexto histórico que o campesinato no sul do Brasil começa a amadurecer e tomar importância como o idealizador das massas de povos mais pobres, demonstrando a resistência das famílias que foram expropriadas de suas terras pela violência do latifúndio e dos grileiros. As raízes desse processo histórico nos remetem até a colonização, com a ocupação do território por meio das capitânicas hereditárias, concedidas aos mais fiéis súditos da Coroa portuguesa, e a posterior exploração das terras com a força do trabalho escravo.

Conforme Silva escreve,

Historiar sobre o processo de colonização e ocupação da região norte do Rio Grande do Sul, é uma necessidade histórica, pois esta região em questão é, o berço de vários conflitos agrários, assim como a construção de vários movimentos sociais de luta pela terra, que da história oficial sempre foram excluídos ou soterrados, grupos sociais que foram de extrema importância para a formação do nosso território. Na Região norte veremos que para a construção de um território que existe hoje teve a destruição de muitos ecossistemas assim como muitos grupos sociais foram expropriados

de suas terras e submetidos ao trabalho escravo ou servil, assim como criminalizados e até mortos.

Conforme descrito por Silva (2017), com o surgimento da república as questões relacionadas com as terras devolutas passam a ser tratadas pela administração dos novos estados, permitindo que as oligarquias regionais distribuíssem essas áreas de terra da forma que melhor entendessem. A colonização das áreas de matas se dá por incentivo do próprio estado que vê na colonização dessas áreas uma forma de valorização da terra e fomento a agricultura comercial.

Segundo Neto e Silva; Frantz (2005), a intenção do estado criando essa colonização não era a reforma agrária, nem a ideia de que essas famílias camponesas viessem a competir com os grandes latifúndios da região, mas sim que essa agricultura de base familiar viesse servir de subsídio para a grande propriedade. A ocupação do espaço por famílias colonizadoras fomentou a valorização das terras na região e constitui uma camada de atores e sujeitos sociais intermediários entre latifundiários e caboclos.

É a partir daí que começam a surgir os conflitos territoriais no RS, conforme descreve Tedesco (2012), a região sul do Brasil se caracteriza como um cenário de conflitos agrários. O acentuado processo de modernização que a agricultura dessa região sofreu depois dos anos 60, pelas políticas públicas que favorecerem a propriedade privada da terra, reduzindo drasticamente os territórios indígenas. Para contrapor esse processo da modernização da agricultura, geraram inúmeros e históricos conflitos sociais de luta pela defesa da posse da terra, sejam eles entre os colonos e os indígenas que ainda possuíam uma área de terra, seja entre pequenos camponeses sem terra contra latifundiários e grileiros ou grupos de negros com colonos, entre outras situações.

Algumas fazendas com grandes extensões territoriais, consideradas latifúndios improdutivos, se tornaram alvos desses grupos sociais emergentes em sua maioria formado por famílias de camponeses atingidos pelo processo de expropriação. Esses grupos regionais reivindicavam a reforma agrária e a criação de assentamentos para as famílias sem-terra. As primeiras movimentações desses sujeitos no Rio Grande do Sul, se deu em volta da Fazenda Sarandi.

Segundo Gerônimo da Silva,

A fazenda Sarandi, tornou-se expressiva por sua história de apropriação

privada pouco edificante. Foi um latifúndio que, no início dos conflitos-meados de 1950 abarcava em torno de 50 mil hectares. Assim passou a ser visualizada por grupos de pequenos camponeses como espaço para a promoção da Reforma Agrária em nível regional. Esse processo se apresenta como vanguardista, um conflito social não resolvido pela história da expropriação de camponeses e camponesas. (SILVA, 2017, p.25).

Alguns movimentos como o MASTER (Movimento dos Trabalhadores Rurais) surgiram como uma forma de organização e resistência desses atores sociais para garantir a resistência das famílias camponesas ante os latifúndios da região. O MASTER surge em meados da década de 50 em Encruzilhada do Sul organizado com mais de 300 famílias de posseiros da região, contando com o apoio do então governador do estado Leonel Brizola e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chegando até montar um enorme acampamento entorno da Fazenda Sarandi, mas que depois das eleições do ano de 1962 e a derrota sofrida pelo PTB nas urnas, as repressões do Estado e instituições sobre o movimento aumentaram enfraquecendo a organização.

Em 1980 ainda em plena ditadura militar, na região norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Encruzilhada Natalino, surge outro grande conflito agrário. Com o surgimento de um enorme acampamento onde famílias sem-terra se organizam dando origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Apesar de que esse acampamento não tivesse êxito com a reforma agrária dele surgiram muitos outros, organizados pelos movimentos sociais envolvidos com a reforma agrária popular. O MST, em especial se tornou um ícone da resistência dos camponeses na luta contra o latifúndio improdutivo e posteriormente o agronegócio, permitindo que inúmeros assentamentos surgissem aumentando o número de famílias com um pedaço de terra onde pudessem trabalhar e viver, multiplicando e expandindo para todos os estados do Brasil.

A ocupação da Fazenda Annoni no ano de 1985 é uma prova do fortalecimento da organização do MST. Por mais que ela, ainda esteja dando seus primeiros passos na construção da luta pela reforma agrária, essa parte da história muito nos interessa por que aqui está o marco do surgimento e da consolidação de um movimento de classes, que se organizava para desapropriar os latifúndios improdutivos e assentar famílias trabalhadoras.

Segundo Silva, a quantidade de famílias que buscavam por um pedaço de terra era grande e o povo começa a se organizar, se dividindo em núcleos para que fosse possível a organização das famílias e a resistência no acampamento.

Já em um novo contexto de caráter estadual, foi decidido fazer duas ocupações, uma em Erval Seco e outra em Pontão- Sarandi (Anonni). As condições estavam criadas para fazer duas ocupações, pois já tinha povo em quantidade expressiva de pessoas massificadas. Então se organizou várias equipes para dar conta das duas ocupações. O povo já estava organizado, em municípios, por regiões e por núcleos de base, e assim seria a organização interna do acampamento seguindo a mesma lógica, a ideia foi manter assim para garantir o controle de quem entrasse e saísse do acampamento, e quem não estava em processo de organização de núcleo não seria deixado entrar [...] (SILVA, 2017, p.37).

Segundo Tavares (2009), a organização do acampamento foi planejada e estudada muito tempo antes de ser realizada. Primeiramente realizaram uma articulação com os agricultores que foram impedidos pelos militares de ocupar a Fazenda Macali e Brilhante e agricultores sem terras da reserva indígena.

Segundo Silva (2017, p.37), “dentro da ocupação já tinha os responsáveis por cada núcleo das equipes como, alimentação, higiene, saúde e essas vão dando operacionalidade para o acampamento”. Só assim de forma organizada, se tornou possível organizar tantas famílias que nem se conheciam, dentro de um mesmo espaço, participando e cooperando umas com as outras, com o mesmo objetivo, superar os desafios que lhes cercavam e alcançar a “terra prometida”.

Mesmo com as dificuldades que encontraram durante o período de acampamento, com a forte repressão militar e a mídia tentando “eliminar” o acampamento, essas famílias realizaram em Porto Alegre no ano de 1981, a maior manifestação já vista por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul. O acampamento causou tanta revolta para a mídia e para os latifundiários que o estado declarou o acampamento como área de segurança nacional e o exército montou barracas do outro lado impedindo o acesso de água e comida para as famílias acampadas.

Essa marcha não consolidou apenas a luta dos camponeses pela reforma agrária, mas foi aqui que os trabalhadores rompem também o seu vínculo com a igreja. A partir de agora o MST passa a dar os seus “primeiros passos sozinho”, construindo a sua história através de resistências, ocupações e muitos desafios, que vão se superando a medida que a organização avança, sabendo que agora as discussões já estão em um nível nacional, com inúmeros acampamentos espalhados por vários estados do país.

Agora o MST é organizado e dirigido pelos próprios camponeses, uma construção coletiva do povo. Os dirigentes e militantes vão surgindo e o movimento a cada dia se expande para outras regiões numa velocidade muito grande. Esse

movimento agora se enraizou pelo RS e se expandiu para muitos estados brasileiros, massificando trabalhadores camponeses sem terra, e construindo coletivamente a resistência.

2.3 O ASSENTAMENTO COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

Partindo da ideia de que um território é um espaço marcado constantemente por campos de força e também pelas relações de poder que ali se estabelecem, Moraes (2014), descreve que cada sujeito social usa o espaço conforme as suas intenções e os seus objetivos. O território é fruto da espacialidade do homem, a partir de seus processos históricos de conflitos entre os diferentes sujeitos sociais através das suas diferentes territorialidades.

Segundo Raffestin (1993), não se pode comparar espaço e território, pois não são conceitos nem categorias semelhantes. O espaço é anterior ao território e este é uma apropriação do espaço. O território é analisado como a ocupação dos sujeitos em um determinado espaço, o resultado de uma série de ações dos sujeitos sociais dentro de um espaço. Portanto o espaço é a condição básica para que haja um território, e através do espaço e da sua apropriação e produção exercida pelos sujeitos e as relações de poder que nele se estabelecem é que se constitui um território.

A dimensão de território extrapola a dimensão das relações de poder que existem em um determinado espaço. Conforme Raffestin (1993), o território também se dá por um conjunto de relações sociais que envolvem diferentes sujeitos onde se criam práticas e sistemas que se substancializam no espaço. O fato de que nesse movimento contínuo, onde vários sujeitos sociais agem tentando satisfazer as suas necessidades, o território se torna um espaço de lutas, de embates e conflitos, um conjunto de relações materiais e imateriais em constante transformação.

Conforme Souza (2008), o território é oriundo do exercício de poder exercido naquele determinado espaço, ou seja, para ele o poder é quem delimita um determinado território quanto maior for “o poder” (o poder aqui compreendido como relação social), maior será o espaço ocupado por aquele determinado território.

Uma outra concepção de território que é importante ser analisada é a abordada por Haesbaert (2007), onde o autor trata o território como uma apropriação e dominação de um espaço que foi socialmente construído, sendo que essa

apropriação se dá de uma forma simbólica enquanto a sua dominação está mais ligada as condições políticas e econômicas dos grupos sociais que ali vivem.

É a partir dessa discussão de território que surge a importância dos assentamentos rurais como territórios da resistência camponesa. Os assentamentos não são simplesmente territórios da intervenção estatal, uma simples ação política para assentar famílias sem terras, mas sim territórios onde atuam os trabalhadores rurais, territórios da luta pela terra, são a materialização da luta pela terra através das ocupações e dos acampamentos formados por famílias sem terras.

Segundo o MST, o fato de existir um assentamento significa que houve um processo de territorialização da luta pela terra, realizada pelas famílias sem-terra em uma fração de espaço e a sua apropriação e o uso do território.

Para Fernandes,

A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por outros movimentos sociais. Entendemos que o assentamento como fração do território é um trunfo na luta pela terra. [...] a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios. (FERNANDES, 1999, p. 243).

Fernandes (2004), analisando os movimentos sociais em específico o MST, destaca que é uma forma de coordenação que possui a capacidade de criar e modificar novas formas de organização do espaço onde se encontra, através do processo de territorialização pelas ocupações das terras e dos acampamentos, bem como também pela formação dos assentamentos rurais. Por isso considerados como movimentos sócio - territoriais.

Fernandes (1999), também destaca que as ações desses movimentos estão relacionadas as práticas de ocupação dos espaços, como uma maneira de fazer com que aqueles camponeses outrora expropriados, voltem a existir a partir do momento que adquiram e dominem o espaço em que ocupam. Pensando por esse viés é possível entender que as ocupações de terras e os assentamentos, são algumas das maneiras de recriar o campesinato, permitindo ao camponês resistência contra o processo de expropriação e de exploração vividos por eles e suas famílias.

Segundo Feliciano (2006), os camponeses, no seu processo de ocupação de terras, procuram renascer enquanto classe, mas ao mesmo tempo procuram desenvolver práticas de gestão de sua unidade de produção. Nessa lógica de

raciocínio, o fato de ser assentado é só uma etapa da luta pela terra dos camponeses, por que é também lugar de ressocialização política, assentar é só uma das formas de fazer a reforma agrária e trata, portanto, apenas uma etapa do processo de territorialização e da resistência do camponês.

Após assentadas as famílias ainda continuam o processo de territorialização daquele espaço onde se encontram, exercendo através de processos sociais poder, aumentando os limites de seu território. Conforme descrito por Martins (2017), os enfrentamentos que se sucedem após as famílias serem assentadas contra o modelo de produção e o modelo tecnológico leva as famílias a construir alternativas de resistência ante o capital, através da organização política, econômica e social, gestando de forma coletiva e democrática os seus recursos, dirigidos por uma organização política.

Para Martins (2017), o processo de luta pelo qual essas famílias passaram permite através da organização e da percepção de que vivem um processo de exploração exercido pelo sistema capitalista, desenvolverem uma identidade política, o que de fato marca a unidade desses sujeitos sociais. Essa identidade política leva as famílias assentadas a compreensão de que a pressão social e a luta política são necessárias para o avanço do processo.

Os assentamentos da Reforma Agrária são a demonstração da força e da resistência camponesa na sua busca pela autonomia e a liberdade, negando a sujeição ao sistema burguês e capitalista que sempre oprimiu as massas sociais mais pobres.

Os assentamentos rurais fazem parte dessa relação entre o campesinato e o capital. Eles representam a busca das famílias camponesas pela terra, se criando enquanto classe social através da luta pela terra e sua consequente conquista. Isso demonstra a contradição do sistema capitalista de produção que usa classes sociais que não pertencem a ele para poder se expandir, mas que permite com que eles se recriem socialmente e economicamente. (COCA, 2015. p.3).

O assentamento é o lugar onde as famílias camponesas vão viver, onde vão morar, os seus filhos vão ir à escola, e garantir o seu futuro que é a reprodução da família. Cada novo assentamento é a prova de que um monopólio foi superado, se transformando em um espaço para inúmeras famílias construir o seu território e o seu governo, produzirem e viverem.

As famílias camponesas que constituem os assentamentos da Reforma Agrária, tem diferentes trajetórias e experiências, porém apesar das distinções que

existem entre elas é comum que tenham vínculos com a terra⁴. Segundo o autor Leite et al (2004) a maioria dos camponeses assentados tem suas origens do meio rural e tem fortes ligações com a produção agrícola. Dos diversos tipos de subordinação que esses sujeitos sociais eram submetidos as mais comuns é o assalariamento, tanto no meio rural como no urbano, alguns eram posseiros de terras, outros parceiros, arrendatários, na busca pela terra própria; atingidos por grandes obras (como é o caso das construções das barragens que desaloja centenas de famílias), sem esquecer dos seringueiros e ribeirinhos que são arrancados de suas terras pela expansão das fronteiras agrícolas.

Conforme descreve Mazzini (2007), todas essas diferentes situações nos mostram como o capital afasta o camponês da sua principal ferramenta de trabalho (a terra), submetendo esse sujeito a pagar taxas pelo uso do chão onde planta, forçando muitas vezes as famílias camponesas a migrar para o meio urbano. Por essas e outras razões claras, que os assentamentos se apresentam como um território de resistência do campesinato perante tal processo.

Segundo Coca (2015), os assentamentos demonstram que o campesinato não é uma classe social, que disputa por um lugar dentro do território do sistema capitalista, mas procura por alternativas que venham garantir a sua reprodução material e social. Por tanto para que seja possível essa recriação do campesinato e da conquista da terra os camponeses são forçados a migrarem para outras regiões diferentes das de suas origens, tendo que se ajustar aos diferentes climas, culturas, linguagens, etnias e costumes.

⁴ Atualmente no Rio Grande do Sul, se têm muitas famílias acampadas com pouca experiência produtiva, visto que passaram um longo período da vida na cidade, perdendo algumas das suas características camponesas.

CAPÍTULO III. O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Nesse capítulo será desenvolvido uma contextualização da origem do termo agronegócio, seu desenvolvimento e instalação na região sul do Brasil, mais especificamente o Rio Grande do Sul. Também será discutido a introdução da soja transgênica no assentamento Rondinha e os impactos sócio ambientais e econômicos que a mesmo traz.

3.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO NOROESTE DO RS

O agronegócio se desenvolve na década de 1950 com o surgimento da famosa revolução verde. Esse termo “agronegócio” ou *agribusiness* foi um conceito utilizado para expressar as novas relações econômicas existentes entre o setor agropecuário e o setor da indústria moderna com o desenvolvimento do capital financeiro.

Oliveira descreve que uma aliança entre duas grandes empresas norte americanas foi o que deu o pontapé inicial para o surgimento desse modelo conhecido a nível global. A Rockfeller e a Ford.

Ainda um pouco antes de terminar a Grande Guerra, duas empresas dos Estados Unidos elaboraram um grande projeto para modernizar o campo, nos parâmetros da acumulação do capital. A Rockfeller e a Ford começaram a desenvolver pesquisa de melhoramentos de ementes, introduzindo as sementes híbridas, selecionando um grande número de variedades, entre as quais as de arroz, trigo, milho. Junto com “melhoramentos”, vieram os pacotes tecnológicos, para dar sustentação ao que o campo iria precisar, fazendo um reaproveitamento dos estoques químicos que tinham sobrado da guerra, readequando a indústria de máquinas pesadas e transformando os tanques de guerra em tratores e outras máquinas similar. (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

Segundo Silva (2017), esse sistema capitalista estabelecido mundialmente, explora tanto a área da produção agropecuária e industrial como a reprodução dos seres humanos. Esse sistema capitalista aperfeiçoa a sua forma de apropriação de riquezas a partir da década de 1950 com a “revolução verde”, um pacote tecnológico desenvolvido para a agricultura, por uma fundação norte americana, que se baseava no uso da química e da genética para alcançar grandes rendimentos em termos produtivos. Com essa jogada da modernização do capitalismo, surge uma nova

forma de exploração dos seres humanos e da natureza e essa é a base para a formação do agronegócio.

Essa nova noção que aparentemente é a solução dos problemas do mundo entorno da produção agrícola foi elaborada para renovar a imagem da agricultura capitalista que vinha sofrendo críticas e sendo ameaçada pelos movimentos sócio – territoriais que se organizavam para realizar a reforma agrária. Sem sombra de dúvidas, foi mais uma das tentativas do capitalismo de ocultar o caráter concentrador, excludente, expropriador e devastador, iludindo a sociedade demonstrando apenas o lado produtivista desse modelo.

Apesar da mudança e das adaptações que esse modelo sofre a cada dia não se pode esconder o que está nas suas “veias”, a concentração fundiária, a exploração do trabalho do homem e a degradação da natureza. Agora com o surgimento do agronegócio esse sistema não concentra apenas grandes quantidades de terra, mas também explora as tecnologias de produção e as políticas públicas de desenvolvimento agrícola, transformando empresas rurais e agricultores familiares em competidores, tanto pela terra como pelos recursos estatais disponibilizados como “fomento” a produção.

Segundo o que descreve Martins,

O agronegócio, portanto, é mais do que um “negócio agrícola” considerando a sua tradução literal de Agribusiness. Ele é a expressão de um aprofundamento do modelo do capital na agricultura, agora hegemônico pelo capital financeiro. Mas também é a expressão de uma nova aliança de classes no campo brasileiro (MARTINS, 2014, p. 77).

Ainda em meados de 2000, segundo o que discute Martins (2014), os latifúndios considerados produtivos junto com empresas transnacionais articulam a economia agrícola centrada nas *commodities* para exportação, tornando aqueles latifúndios improdutivos em grandes produtores de monoculturas impenetráveis para a reforma agrária.

Assim o agronegócio e o latifúndio se aliam para blindar as terras antes “ociosas” contra a reforma agrária aprimorando a produção em escala e o aumento do lucro com a exploração do trabalho. Segundo DELGADO (2003, p.66),

O agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de estado.

De acordo com Fernandes, essa imagem que o latifúndio vende do

agronegócio,

[...] é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo. (FERNANDES, 2004, p. 2).

No Brasil, esse modelo de agricultura estabelecido pelo capital financeiro adotou o pacote oferecido pela revolução verde, que envolvia mecanização pesada, alta dependência pelo uso dos agrotóxicos e o aprimoramento da genética. A modernização conservadora da agricultura, esse período que o Brasil viveu nas décadas de 60, 70 e 80, já tinha alguns dos pilares do agronegócio inclusive o discurso de acabar com a fome do mundo.

Conforme afirma Martins (2017, p.76),

No Brasil, o modelo do capital financeiro na agricultura, expressou-se no agronegócio. Os governos neoliberais de Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso, implantados na década de **1990**, criaram as condições legais e econômicas para o pleno desenvolvimento do agronegócio na década de 2000.

A região sul do Brasil, tem algumas particularidades em função principalmente da sua história econômica e a forma como que a produção se organizou. Das grandes charqueadas para a expansão do latifúndio, fruto da partilha de terras pela coroa e a expropriação dos indígenas e caboclos pela grilagem de terras, agora o agronegócio surge como uma máscara para ocultar o conteúdo sujo por detrás dessa “nova agricultura empresarial”, que toma importância no campo brasileiro partir dos anos 1990 e 2000, expandindo as suas fronteiras agrícolas por todo o estado do Rio Grande do Sul.

O agronegócio embora tenha representado um avanço na produção de grãos e uma revolução do modo de fazer agricultura, nada mais é do que um aprofundamento da modernização conservadora, que agora é regida pelo capital financeiro. Muitas características se preservaram e outras mais foram incorporadas consolidando esse fenômeno recente dos anos 1990 e 2000 em diante, fruto da incorporação da agricultura pelas grandes transacionais e algumas empresas brasileiras que buscam o lucro e atuam no ramo agrário do país.

No sul do Brasil, o agronegócio teve forte aparato do estado, que investiu grandes fortunas para garantir a viabilidade da produção. Apesar de ser um pacote com alto custo de produção o forte apoio econômico do estado tornou uma boa oferta aos grandes proprietários de terras, que acessavam financiamentos milionários para investir na produção de *commodities* (principalmente a soja). Esse processo consolida o agronegócio na região sul do país em conjunto com os outros sujeitos políticos que patrocinaram a instalação desse modelo, como é o caso da mídia com as propagandas do aumento da produtividade e a diminuição da mão de obra.

Segundo o que o autor Avila descreve em seus estudos, as

[...] transformações ocorridas na agricultura do Planalto Gaúcho a partir da década de 1950 até o presente momento refletem as influências que a inovação, impulsionada por políticas governamentais, teve sobre as transformações na base técnica e nos sistemas sociais de produção. Obviamente, as políticas governamentais que induziram o desenvolvimento da inovação na agricultura foram influenciadas pela situação econômica nacional e mundial, principalmente a partir da primeira crise do petróleo que ocorreu em 1973, que obrigou os países a repensarem sua política econômica. Assim, os impactos ocasionados pela inovação sofreram oscilações durante a segunda metade do século XX. (AVILA, 2015, p.257 apud SILVA, 2017).

O agronegócio chega no campo gaúcho como a solução dos problemas encontrados na produção de grãos. Uma das principais dificuldades dos agricultores era justamente o problema com o controle das plantas daninhas e das pragas. Esse novo pacote propôs a produção de grãos com a famosa tecnologia dos OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), resistentes aos principais herbicidas do mercado. Essa proposta atraiu muitos produtores, começando com os grandes proprietários até os agricultores familiares das regiões mais distantes.

A principal aposta do agronegócio aqui, foi a produção da soja, uma *commodity* que é extremamente dependente de pacotes químico-sintéticos para obtenção de bons rendimentos. Essa produção, num sistema intensivo causa inúmeros impactos econômicos e sociais para a população, além da polêmica discussão a respeito das questões ambientais. A competição que o agronegócio despertou entre os agricultores e as empresas rurais, acirra as disputas no campo e prejudicam a viabilidade dos pequenos produtores que não conseguem se estabilizar no mercado de grãos, sofrendo com a oferta dos produtos mais baratos dos grandes produtores.

O agronegócio trouxe para o campo brasileiro muitas mudanças tanto

produtivas quanto estruturais e sociais. O fato de mecanizar a produção diminui a mão de obra empregada na agricultura, o que levou a uma redução drástica dos empregos na zona rural, trabalhadores foram substituídos por máquinas sofisticadas, que possuem a capacidade de realizar muito mais trabalho em uma fração de tempo muito menor. O êxodo rural também aumentou como resposta ao desemprego e a mecanização, mas o fato de diminuir a mão de obra no campo também influenciou no fato de que os jovens não têm mais incentivo para trabalhar com a agricultura, migrando-se para as cidades diminuindo as chances da sucessão familiar dentro das propriedades camponesas.

Oliveira afirma também que além do êxodo rural, a instalação desse modelo no campo brasileiro favoreceu a intensificação da monocultura e a formação dos complexos industriais.

Foi nesse processo de modernização da agricultura, que o território brasileiro sofreu muitas transformações, entre as quais o aprofundamento da concentração da terra, provocando uma migração do campo para cidade – o êxodo rural – em todas as regiões do país. Outro resultado foi à intensificação da monocultura, principalmente na produção de matéria prima para exportação, tanto dos já cultivados, como a cana-de-açúcar e o algodão, quanto a introdução de novos produtos na pauta de exportações, com destaque como já mencionamos a soja, o milho, o arroz, laranja, a celulose, entre outros, unindo a produção, industrialização e comercialização e formando os chamados complexos industriais – CAI. (OLIVEIRA, 2014, p. 34).

A formação dos complexos agroindustriais, adotou de vez o pacote químico-sintético e a mecanização na agricultura, pois houve um casamento entre a indústria química, indústria mecânica e a indústria de processamento que viram no campo uma forma de lucrar com a aplicação das suas pesquisas. Essa junção entre as grandes indústrias permitiu que o território do Rio Grande do Sul e de todo país sofresse a interferência e as restrições impostas pelo mercado externo. Hoje quem determina os preços dos produtos (das *commodities*), não é quem produz, mas sim o capital globalizado.

Essa nova territorialização do capital no campo fortalece a agricultura comercial que abrange apenas os proprietários de grandes extensões de terra. O problema disso é que segundo o Censo Agropecuário IBGE (2006), 84,4% das propriedades de terras estão em mãos de agricultores familiares e camponeses que são forçados a se adequar as novas tecnologias. Essas tecnologias tem um custo muito alto de aquisição se tornando insustentáveis para o porte das condições sociais e econômicas dos camponeses. A falta de políticas e incentivo para o

desenvolvimento de tecnologias voltadas para a produção agroecológica é o que dificulta ainda mais o fortalecimento dessas pequenas unidades de produção familiares e camponesas e a permanência dessas famílias no campo.

Essa é a realidade que os pequenos agricultores vivem no campo, na busca por uma forma de resistir dentro desse sistema capitalizado do agronegócio e garantir a sua sobrevivência e a reprodução da família. O pequeno produtor, seja familiar ou camponês, sempre fica em desvantagem em relação aos grandes produtores, por que acessam a pequenos programas governamentais de incentivo à produção e muitas vezes bastante deficitários, com uma grande burocracia e condições de pagamento pouco favoráveis aos agricultores.

No município de Jóia, no ano de 1995 a produção da soja transgênica segundo dados da FEE (2018), era de aproximadamente 86.400 toneladas e no ano de 2015 essa quantidade passou para 208.140 toneladas sendo o 3º maior produtor do estado do Rio Grande do Sul, representando um aumento exacerbado da produção dessa commodity e demonstrando o alastramento do agronegócio por todas as unidades produtivas dentro do município.

No Assentamento Rondinha, a soja transgênica se instalou e se expandiu por todas as propriedades dos agricultores, um dos fatores que levaram a essa expansão é um número muito alto de agentes econômicos envolvidos com o modelo produtivo do agronegócio na região, indo desde cooperativas que comercializam o grão e os insumos para o produtor e a exemplo disso temos a AGROPAN, COTRIJUI, CAMPO e LAVOURA e as agências de crédito que financiam os agricultores (os próprios bancos) através do Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros financiamentos agrícola que são disponibilizados.

A presença desses agentes econômicos dentro do município territorializam a monocultura nos assentamentos em especial o Rondinha. A pressão exercida por esses sobre os produtores não permite as famílias agricultoras tenham acesso a crédito ou comercialize outras culturas, que não sejam a soja, o milho, o trigo e a aveia.

3.2 A INTRODUÇÃO DA MONOCULTURA DA SOJA NO ASSENTAMENTO RONDINHA

Após a discussão a respeito do desenvolvimento do agronegócio na região do Rio Grande do Sul é possível perceber a velocidade em que esse modelo agroexportador se enraizou e se expandiu por todas as fronteiras agrícolas do estado, do país e do mundo. O resgate histórico das origens e a implantação desse sistema ajuda os agricultores a entender a sua forma, como ele se organiza e como age no campo brasileiro.

Ainda na década de 90 a região centro e noroeste do Rio Grande do Sul se caracterizava pelas grandes fazendas de gado. Grandes extensões de terras que se encontravam ociosas, improdutivas, convivendo com umas e outras lavouras de soja, que brotavam dos primeiros campos abertos dentro da imensidade do Pampa gaúcho.

Esse cenário, porém, muda drasticamente na década de 2000. Segundo Oliveira (2014), agora o que se pode perceber é o agronegócio se alastrando pelo território gaúcho, adentrando cada propriedade. Esse novo modelo não se coloca apenas como uma matriz tecnológica genético-químico-mecânico oriunda da revolução verde, mas acima de tudo como uma nova força política que se constitui, onde a grande fazenda agora conhecida como Empresa Rural Capitalista associada as grandes transnacionais são amparadas por políticas públicas. Esse é o mesmo período onde a expansão do mercado internacional está aquecendo os preços das *commodities*.

Essa explosão do agronegócio que se dá nos anos 2000, chegou rápido até o município de Jóia, localizado na região noroeste do estado do RS. Mas é importante lembrar que a territorialização do agronegócio e dos cultivos de transgênicos não aconteceram sem conflitos e algumas dessas formas de resistência ante esse avanço desenfreado foi a destruição de lavouras de soja experimentais no Assentamento Rondinha.

Na época, o então governador do Estado do Rio Grande do Sul Olívio Dutra (1999-2002), procurou juntamente com os movimentos sociais, o apoio da sociedade civil visando buscar uma forma de tornar o estado uma zona livre de transgênicos, o que traria benefícios como uma produção diferenciada com valor agregado por estar localizado em uma área específica e pela forma de produzir, além de uma

preservação da saúde das famílias agricultoras da intoxicação pelo uso dos agrotóxicos. As políticas públicas não tiveram êxito e a produção da soja transgênica continuou se expandindo pelo território gaúcho.

Dessa forma os movimentos sociais que foram diretamente atingidos com essa modernização da agricultura optaram por agir⁵, numa tentativa de frear a expansão da produção da soja transgênica destruindo no ano de 1999 lavouras experimentais no Assentamento Rondinha e posteriormente em 2002 a juventude da Via Campesina na Fazenda Guabijú no mesmo município. Além de tentar parar essa expansão rápida do agronegócio com ações diretas como é o caso da destruição das lavouras também procurou organizar nos assentamentos discussões e debates entorno dos possíveis impactos que os transgênicos poderiam causar no meio ambiente.

Segundo Oliveira (2014), essa resistência⁶ que os movimentos sociais causaram na tentativa de barrar a expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio, não foi o suficiente para superar a pressão que as entidades ruralistas e as empresas transnacionais exerceram no governo federal forçando a liberação para a experimentação das OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), faltando pesquisas mais aprofundadas e informações a respeito dos possíveis impactos. A forte pressão publicitária e as ações judiciais enfraqueceram a resistência dos setores do governo e dos segmentos da sociedade que também eram parceiros na luta contra os transgênicos.

Para os assentados do Assentamento Rondinha, o primeiro passo na longa trajetória de lutas foi a conquista da terra. Foram muitos anos embaixo da lona preta, algumas famílias mais de seis anos acampadas e com uma história escrita em muitas regiões do Rio Grande do Sul, por onde passavam demonstravam a resistência dos camponeses e a luta pela terra. Essas famílias implantaram nesse

⁵ O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Neste evento a Via Campesina, fez um ato político de destruição da plantação de soja transgênica no município de Não Me Toque, com a presença do líder camponês francês Bovê. Neste fórum foram discutidos alguns temas como: A Produção de Riquezas e a Reprodução Social; O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade; A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos; Poder Político e Ética na Nova Sociedade.

⁶ Importante destacar aqui a criação do DECRETO Nº 4.703, DE 21 DE MAIO DE 2003, que instituiu o Programa Nacional da Diversidade Biológica- PRONABIO, este que: visa orientar a elaboração e a implementação da Política Nacional da Biodiversidade; promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil; promover a integração de políticas setoriais para aumentar a sinergia na implementação de ações direcionadas à gestão sustentável da biodiversidade.

novo espaço o seu território recriando as suas raízes, implantaram aqui os seus costumes e a agricultura era a base para a sua sobrevivência, produzindo tantos produtos para obtenção de renda monetária como para o auto sustento da família.

Esse território sofreu uma inversão de valores, território que era de resistência frente ao avanço do capitalismo agora se transformam um berço da produção da soja transgênica. O município de Jóia apesar da organização do MST e da tentativa de barrar o avanço dos transgênicos, sofreu com a forte influência da mídia que oferecia na produção da soja transgênica a solução dos problemas com o controle de ervas daninhas e redução da mão de obra, com emprego de maquinário pesado.

Segundo o que afirma uma das entrevistadas, o motivo na qual levou a implantação da soja transgênica foram as falsas propagandas das indústrias e das cooperativas de que prometeram uma cultura muito mais fácil de produzir e com um custo muito menor.

O principal motivo que levou nós a produzir essa soja transgênica, foi a facilidade para produzir né, para limpar, fomos iludidos achando que seria tudo mais barato e mais fácil de fazer por que era isso que as cooperativas e agropecuárias falavam, mas no fundo, se tornou mais difícil porque apesar de não precisar de tanta mão de obra, por que dá para passar secante, o secante é veneno e o veneno acaba matando a gente. Sem falar que as planta tão criando resistência e a cada dia mais a gente está sentindo na pele os efeitos dos agrotóxicos e os preços dos agrotóxicos que hoje valem mais do que a produção que sai da lavoura. (Entrevista I).

A indústria que ganhava espaço dia após dia no campo, atraíam os agricultores, com o discurso de que a soja transgênica daria ao produtor uma garantia, tanto na hora de produzir, por que era resistente ao herbicida, como na hora de comercializar, que por ser uma *commoditie* teria uma grande procura no mercado.

Bom eu comecei a produzir a soja meio que contra a minha vontade sabe, na verdade tudo mundo só falava em soja e que nos ia ficar rico. Eu já sabia que era mentira mas o fato de que a gente ia garantir a venda do produto me convenceu de experimentar a plantar e o fato de não envolver muita mão de obra é o que acabou pesando mais na balança e eu decide começar a plantar. (Entrevista III).

A principal causa da aceitação da soja transgênica pelas famílias assentadas eram as dificuldades que enfrentavam relacionadas com a produção. Problemas com o escoamento da produção, seja com logística pelo difícil acesso ao comércio da região e a comercialização dos produtos ou pela falta de acompanhamento técnico para organizar a produção do assentamento nos primeiros anos. Essas questões por mais polêmicas que sejam, influenciaram muito na escolha da

produção de cada família assentada, é o que afirma um dos entrevistados quando indagado a respeito dos motivos que levaram a decisão do plantio da soja transgênica na sua propriedade.

Aqui na nossa região nós ficamos meio que sem opção mesmo né. Tudo que nós pensávamos em produzi pra vende não tinha comercio e as estradas também não favoreciam o escoamento da produção. Ai a soja vem chegando e tomando conta de tudo pensamos que seria a solução dos problemas e todo mundo começo a planta sem para ao menos para pensa nos impactos que ia traze no futuro essa dependência de máquina pesada e desses venenos ai. (Entrevista II).

Outro fator que foi muito importante para dar sustentação a expansão da soja no município e no Assentamento Rondinha foram as várias empresas do ramo da agropecuária que se instalaram na região, territorializando a monocultura com o fornecimento de insumos, assistência técnica, sementes para os seus clientes que nesse caso inclui-se os assentados.

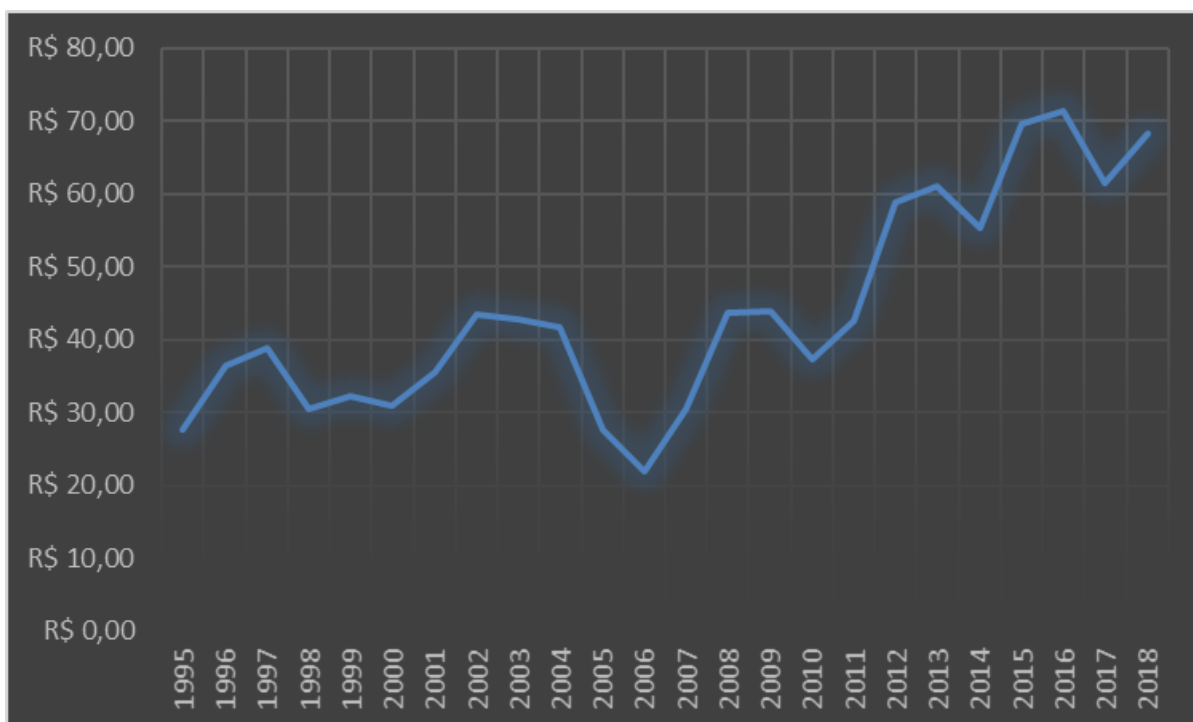
A falta de informação e a pressão das grandes corporações sobre os agricultores para aderirem ao novo modelo produtor da soja, custou caro para cada família assentada. As famílias que adotaram essa monocultura tiveram que modificar a sua forma de trabalhar, se adaptar as imposições da indústria química e a mecanização. As mudanças nas relações sociais e no modo de produzir das famílias começaram a surgir e aquele agricultor arrependido não podia mais voltar atrás por que se encontrava profundamente endividado, o agronegócio lhe roubou a liberdade e a capacidade de decidir por si mesmo a produção da sua propriedade.

Aqui é importante destacar o elemento econômico, como fator de adoção do pacote dos transgênicos por muitas famílias assentadas. Ainda que com o passar dos anos o custo de produção da soja (elevação dos preços das sementes, herbicidas e fertilizantes), tenha aumentado muito em relação à quando se implantou essa produção no assentamento, os preços internacionais da soja são muito convidativos. Aqui no Brasil e conseqüentemente em todos os estados brasileiros, os preços da soja tem uma relação direta e estreita com o preço internacional e é praticado em parceria com a bolsa de Chicago.

O gráfico 1, demonstra como se comportou esse aumento ano após ano do valor da saca da soja. Houve muitas oscilações para mais e para menos, mas em um contexto geral ao longo desse período o preço médio da saca da soja no estado do RS, apresenta uma alta em relação preço pago pela oleaginosa desde 1995. Houve um declínio principalmente entre 2004 até 2007, saindo de R\$ 41,70 por saca

em 2004 para R\$ 27,70 por saca em 2005 e em 2006 para R\$ 21,88 reais, mas já em 2007 o preço da soja volta a subir sendo cotado a R\$ 30,45 por saca, e em 2016 aumenta para R\$ 71,40 por saca, o que tornou-se a maior média anual já alcançado pela soja nos últimos 13 anos. O aumento do valor da saca/soja de 1995 para 2018 é de 147, 20% o que representa um aumento muito significativo do valor comercial dessa *commoditie*.

Gráfico 1 - Variação de preços saca/grão da soja no RS de 1995 a 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados primários da EMATER/RS (2018).

O efeito do movimento dos preços internacionais desse grão influencia os preços da saca da soja aqui no Brasil, puxando os preços para cima e com ele a opção dos agricultores camponeses, que atraídos pelo alto valor da saca, apostam na produção da *commoditie*. A falta de controle do custo da produção pelo agricultor na propriedade em vezes pode acarretar em desvantagens econômicas, quando considera apenas o valor comercial do grão.

Conforme uma das famílias entrevistadas afirma, o alto valor ofertado pelo mercado pela saca da soja, ainda hoje é um dos responsáveis por mais famílias adotarem essa produção nas suas propriedades.

No começo eu não produzia soja e não pretendia produzir. O fato é que me motivou mais a produzir a soja além claro, da redução da mão de obra, por

que somos só eu e a mulher aqui na propriedade foi o preço da saca de soja né. Cada ano aumentava mais o valor, enquanto o feijão que eu plantava e o milho nem tinha mais pra quem vende, ai não tive muita escolha a não ser abrir mão e produzi. No começo só um pouquinho da área que eu plantava e hoje infelizmente deu nisso né, 90% da propriedade. Hoje em dia o que mais motiva as famílias a produzi e o preço né isso está enraizado de um jeito que tá difícil reverte essa situação ai. (Entrevista V).

Os agricultores foram induzidos a adoção dessa produção por diversos fatores, seja a redução da mão de obra, controle de pragas e doenças através do uso de agrotóxicos, garantia de comercialização e rentabilidade econômica. Todo esse emaranhado de questões que foram discutidas ao decorrer desse estudo foram as artimanhas que o agronegócio utilizou para adentrar as propriedades de muitos agricultores camponeses.

O que não foi discutido é quais os impactos que esse novo modelo iria acarretar para cada um e cada uma das pessoas que o reproduziram. O uso dos pesticidas, fungicidas e herbicidas na lavoura da soja é preocupante ainda mais quando as erosões carregam partículas de solo e moléculas para dentro dos rios e lagos, podendo causar a mortandade de peixes e intoxicar o próprio ser humano que está envolvido com a produção.

3.3 OS IMPACTOS DA SOJA TRANSGÊNICA PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS E PARA O MEIO AMBIENTE

As condições para produzir nesse novo modelo que o agronegócio implantou no assentamento trouxe consequências. A maneira de produzir e as técnicas de manejo da produção agora já não são mais as mesmas utilizadas na agricultura camponesa e os agricultores tiveram que se adaptar. A mecanização foi um dos pré-requisitos para a produção da soja que diminuiu a mão de obra, mecanizando todo o processo, desde os tratos culturais, plantio, colheita até o transporte para as unidades de recebimento de grãos. A enxada não foi mais necessária e o uso de herbicidas expandiu, assim como os tratamentos fitossanitários buscando o controle de insetos e doenças.

Na grande maioria das propriedades os agricultores têm que pagar pelas horas máquinas para o processo de plantio, tratos culturais e colheita. Cada hora máquina de um trator de médio porte gira em torno de R\$ 100,00 a R\$ 120,00 reais, para cada pulverizador de 900 litros utilizado na lavoura é gasto em média 200 reais,

e para colheita a maioria dos agricultores paga cerca de 12% a 14% do total de grãos produzido na lavoura. O agricultor se transformou em um “gestor de máquinas”, sendo que quanto maior for sua eficiência na hora de contratar máquinas maior a sua rentabilidade, lembrando que quando é necessário a aplicação de agrotóxicos não há como esperar ou especular preços.

Os transgênicos num geral significam um aumento sem precedentes do uso de agrotóxicos (herbicidas e outros praguicidas cada vez mais tóxicos). Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a safra 2010-2011, teve um consumo de 936 mil toneladas de agrotóxicos, no qual 40% foram utilizados para a produção da soja, representando um aumento de 162% em relação ao ano de 2000. Ao contrário do que vinha sendo difundido com a revolução verde de que os transgênicos diminuiriam o uso dos agroquímicos e mataria a fome do mundo, hoje se usa muito mais agrotóxicos, e moléculas cada vez mais complexas com alta toxicidade estão sendo liberadas pela ANVISA.

Os levantamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), demonstra que os preços dos fertilizantes químicos subiram entorno de 37% no ano de 2015, enquanto os agrotóxicos subiram 32%. A cada ano se encarece mais os insumos agrícolas e o risco de uma safra frustrada preocupa agricultores que podem vir a sofrer grandes prejuízos.

Essa realidade da produção dos agricultores brasileiros resulta em graves problemas ambientais e de saúde pública. Os trabalhadores que estão diretamente envolvidos na produção sofrem intoxicações agudas levando muitas vezes a óbito e isso não aparece na mídia, tudo sempre encoberto em defesa dos interesses das grandes transnacionais. A intoxicação tem diferentes níveis⁷ e muitas pessoas apresentam o desenvolvimento de doenças que estão intrinsecamente ligadas com uso exagerado de agrotóxicos.

O meio ambiente também está no topo da lista dos mais prejudicados com a produção transgênica. O uso dos bens naturais na prática da agricultura é essencial, não sendo possível produzir sem utilizá-los. O que está em questão aqui são as

⁷ A intoxicação por agrotóxico pode ser aguda ou crônica: a intoxicação aguda é aquela que pode ocorrer de forma leve, moderada ou grave, a depender da quantidade de veneno absorvido, do tempo de absorção, da toxicidade do produto e do tempo decorrido entre a exposição e o atendimento médico. A intoxicação crônica é aquela que os efeitos danosos sobre a saúde humana e danos genéticos, surgem no decorrer de repetidas exposições ao intoxicante, que normalmente ocorrem durante longos períodos de tempo. Nestas condições os quadros clínicos são indefinidos, confusos e muitas vezes irreversíveis.

formas como as famílias vem desenvolvendo esse processo produtivo.

Um das entrevistadas afirma que ao longo dos anos observou muitos impactos que a soja transgênica trouxe para o meio ambiente, entre os mais comuns se destacam o desaparecimento das abelhas, o assoreamento dos rios e a perda da fertilidade natural do solo, assim como da microbiota. É possível perceber, os impactos ambientais enormes que a produção gerou nas últimas décadas são em muitas vezes irreversíveis e podem interferir de forma negativa na vida das famílias assentadas. Com o plantio direto os agricultores destruíram as curvas de nível que eram essenciais para o controle da erosão, para facilitar a mecanização implicando no assoreamento dos rios.

Foi observado que a cada ano tão colocando mais adubo na terra e a terra está morrendo não sei o que significa. Os venenos mataram tudo os bichos do solo, hoje não tem mais minhoca, não tem mais formiga, não tem mais aranha e as abelhas então, já morreram tudo. A gente observa não só no solo das lavouras, mas também nas matas os rios entupindo, os pivôs secando o rio na época da seca, o desmatamento enfim tão destruindo tudo por causa dessa maldita planta que cada dia endivida mais os pobres. Outra coisa importante é que o plantio direto ainda não traz grandes prejuízo com aquelas valetas no solo mas se não cobrir a terra no inverno com azevém ou aveia as chuvaradas levam tudo a terra embora abrindo barocas imensas em todo o lote. (Entrevista I).

A grande quantidade de produto tóxico que é borrifado nas lavouras é carregado pelas águas da chuva direto para dentro dos rios e lagos da região. Ainda que não se possa ver, as moléculas dos agrotóxicos a cada dia se infiltram mais em todos os do espaço, até nos menores fragmentos encontrados, podendo ser facilmente encontradas em nascentes e também no corpo humano desenvolvendo inúmeras doenças graves como é o caso do câncer.

Uma coisa que eu tenho medo é desses venenos aí. Ninguém na televisão fala nada, mas eu sei que tem coisa errada, a mídia é parceira dessas multinacionais enquanto nos aqui no campo estamos morrendo intoxicado por tanto veneno no ar, na água e nos alimentos. (Entrevista III).

O uso dos agrotóxicos é necessário para que se torne possível colher o que foi plantado. Com os custos cada ano mais altos para produzir o agricultor se vê na obrigação de aplicar muitos tratamentos para garantir a safra e poder ao menos cobrir os gastos que teve.

Os venenos principalmente né. Apesar de que a mão de obra reduziu por causa das máquinas os venenos foi a única saída para salvar a produção e aí tem que passar cinco ou mais tipos por safra as vezes até seis aplicações e daí isso muda tudo. As outras coisas nós produzíamos limpava tudo na enxada e no arado de boi e apesar do sofrimento era tudo saudável né não precisava ter medo de se envenenar. O custo para produzir a soja hoje tá

muito alto se considerar o que a gente gasta para produzir o milho ou feijão. (Entrevista I).

O novo modelo de produção que foi adotado pelas famílias do Assentamento Rondinha não coincide com as condições econômicas e sociais dos agricultores. A mecanização necessária para produzir tem um alto custo de aquisição e isso se torna inviável para uma propriedade com menos de 20 hectares, e assim as famílias se veem obrigadas a arrendar as terras para arrendatários da região, recebendo uma porcentagem muito pequena, difícil de sustentar a família com só essa renda.

O custo da produção de um hectare de soja varia nas diferentes regiões do estado, mas segundo dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (2015), para a região sul do Brasil, o valor demonstrado na Tabela 2 de R\$ 2.464,55 e constata como a produção da soja transgênica se torna cara para o agricultor. Em uma “safra cheia” a média de produção para o estado do RS são 60 sacas/ha, e um preço médio para o ano de 2018 de R\$ 68,00, o valor dessa produção seria de R\$ 4.080,00 ha e o custo de produção desconsiderando aqui a depreciação das máquinas é de aproximadamente R\$ 2.464,55 ha representando mais de 60% do valor da produção.

Se o agricultor é proprietário de maquinários, soma se a este valor a depreciação das máquinas e implementes aumentando o custo da produção para uma média de R\$ 3.000,00 ha, um custo de produção de aproximadamente 73%. Se em um ano as condições edafoclimáticas não transcorrerem exatamente como as necessárias para o bom desenvolvimento da soja o agricultor passa a ter prejuízos com a produção.

Tabela 2 - Custos de produção por hectare de soja na região sul do Brasil.

1- Despesas para 1 hectare de soja	Valor para Região Sul do Brasil
DESPESAS COM INSUMOS, TRANSPORTE E ADMINISTRAÇÃO	
Sementes	R\$ 309,35
Sementes de soja	R\$ 231,77
Sementes de cobertura	R\$ 77,59
Fertilizantes	R\$ 633,34
Corretivo de solo	R\$ 37,54
Macronutrientes	R\$ 483,06
Micronutrientes	R\$ 112,74
Agrotóxicos	R\$ 816, 20
Fungicida	R\$ 314,40
Herbicida	R\$ 185,70
Inseticida	R\$ 282,93
Adjuvante	R\$ 33,17
Operação com máquinas	R\$ 80,56
Pré-plantio	R\$ 12,00
Adubação e Plantio	R\$ 5,64
Aplicações com máquinas	R\$ 40,88
Colheita	R\$ 20,40
Manejo pós colheita	R\$ 1,74
Mão de obra	R\$ 108,47
Outras despesas	R\$ 331,41
Assistência técnica	R\$ 29,33
Transporte da produção	R\$ 67,60
Armazenagem	R\$ 62,40
Despesas administrativas	R\$ 109,70
Despesas financeiras	R\$ 185,22
Juros de financiamentos	R\$ 185,22
TOTAL:	R\$ 2.464,55

Fonte: Adaptado pelo autor de IMEA, (2018).

Muitas famílias que se envolveram com a produção nesse novo modelo argumentam que a falta de mão de obra na propriedade é a responsável por tal decisão. Geralmente com idade acima de 45 anos, a família é formada apenas pelo casal, os filhos não veem no campo uma perspectiva para o futuro e isso acaba influenciando nas decisões relacionadas a produção.

A gente meio sozinho aqui os filhos tudo trabalhando pra fora fica difícil produzir muitas culturas se não temos a mão de obra que é fundamental para as limpezas da roça. (Entrevista IV).

Na busca pelo aumento das áreas de produção de soja os agricultores avançam sobre as Área de Preservação Permanentes (APPS) e Reservas Legais (RL) do assentamento. As encostas beira-rios e áreas alagadas como os banhados, são drenados para aumentar as lavouras, buscando uma maior área produtiva. Os agricultores aumentam a área agrícola útil da propriedade na tentativa de plantar mais para poder alcançar maiores rendimentos, mesmo que o valor líquido da produção para o agricultor seja muito baixo.

Um outro fator importante para caracterizar essa adoção e a reprodução desse modelo dentro do assentamento é justamente a existência da cadeia regional da soja que está instalada na região. Os agentes econômicos que caracterizam a cadeia produtiva da soja, facilita o processo e o agricultor sente-se cercado e ou amparado por esta estrutura instalada, induzindo a ampliação da soja.

Um dos maiores impactos da soja transgênica para a agricultura camponesa é que os agricultores lentamente começam a reduzir as áreas destinadas a produção de subsistência dentro da sua propriedade, deixam de plantar o milho, o feijão, a mandioca e de produzir o leite, deixam de lado aquilo que mais lhes identifica como agricultor, como camponês e que garante sua soberania alimentar. A busca por um aumento na produção ao final de cada safra é o que justifica a redução nas áreas da produção para o autoconsumo.

Apesar de não querer abrir mão da sua produção destinada para o consumo os agricultores não têm muita escolha. A soja invadiu o potreiro, as áreas de reservas e também as lavouras de “miudezas”. O camponês está perdendo a sua autonomia, se tornando a cada dia mais dependente do mercado, não tem mais em mãos as sementes crioulas, não produz mais o necessário para sobreviver. O agricultor vive na terra, mas não se identifica com ela. A terra se torna lentamente em um mero suporte físico para a produção transgênica que utiliza um pacote de insumos para substituir a fertilidade do solo e o agrotóxico para o controle das pragas⁸ e as doenças.

Olha a soja a cada ano vem tentando aumentar o seu espaço dentro da propriedade. Tem dias que dá vontade de parar com o leite e plantar tudo soja, mas ao mesmo tempo a gente pensa, mas e daí o que vai me

⁸ Para a agricultura convencional não se tem o emprego do MIP (Manejo Integrado de Pragas). As aplicações de agrotóxico seguem um calendário agrícola. A presença de um inseto na planta é motivo de aplicação do inseticida, muitas vezes não sendo necessário, por que na natureza também há um controle biológico muito eficiente. Falta acompanhamento de profissionais para monitoramento e controle de pragas nas lavouras.

identificar como agricultor? Se eu não planto nada! Por que a lavoura de soja a gente não tem o que fazer lá, já está tudo escrito os caras que planta aí tem até calendário agrícola nem que não precise chega o dia de passa veneno eles tão aí na lavoura. Mas como a gente precisa muito do dinheiro da safra para pode sobreviver com a família no campo aí acaba cedendo o espaço para soja. (Entrevista III).

O arrendamento de terras, é outro ponto importante de ser discutido e demonstra uma existência contraditória e conflituosa entre o modelo camponês e o do agronegócio no interior do assentamento Rondinha. Camponeses no assentamento, arrendam seus lotes para colonos da redondeza, os quais, através do pagamento de arrendamento, alugam as terras, principalmente, para o cultivo de soja. Os camponeses passam a viver em cima dos lotes, mas não são mais produtores, a terra está alugada não se enquadrando como um meio de produção que pode ser utilizado para obtenção de alimentos para a família, perdendo completamente a sua autonomia.

Segundo Horácio Martins de Carvalho (2005), se por um lado aquele assentado que aluga o lote do vizinho e outros lotes, caminha para uma outra classe social, transformando se em um Pequeno Burguês, que passará a viver do seu trabalho e da exploração de outros trabalhadores que ele terá contratado, aquele assentado que cedeu o lote (arrendou), caminha para mudar de Fração de Classe, isto é, ele segue camponês mas não mais na fração de classe dos “camponeses autônomos” que tem autonomia no uso dos recursos naturais e de seu trabalho, e passa assim a fazer parte da fração de classe dos “camponeses associados”, pois ele perde total autonomia sobre este elemento determinante da produção agrícola, que é a terra.

A partir dos anos 1995-1996 ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as mudanças legislativas reordenaram o setor/mercado de sementes. Com a criação da Lei nº 9279 de 14 de maio de 1996, conhecida como a Lei das Patentes que regula direitos com relação a todas as propriedades industriais das empresas, e logo em seguida a Lei das Cultivares que foi sancionada, em abril de 1997, com o objetivo de fortalecer e padronizar os direitos de propriedade intelectual sobre as sementes. Essa última é uma tradução da lei de patentes só que agora dando o direito de empresas se apropriarem de um patrimônio da humanidade (as sementes), modifica-las e privatiza-las, permitindo a remuneração das mesmas através dos royalties, e acima de tudo, a patente evitou as ações jurídicas.

Já no Governo Lula, tivemos a autorização para a comercialização da soja

transgênica (safra 2004-2005), por que já tinha quase 30% da área agrícola do Rio Grande do Sul, plantada clandestinamente/ilegalmente. Em 24 de março de 2005, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a lei de nº 11.105, ou Lei da Biossegurança, a qual revogaria a lei anterior que estava em vigor e tratava do tema da biossegurança de 1995. Essa lei estabeleceu as novas normas de segurança e os mecanismos de segurança que envolvam os transgênicos.

É nesse contexto histórico que em 1997 a Monsanto comprou a maior empresa brasileira de sementes, a Agrocères, monopolizando o comércio das sementes OGMs. A Lei de patentes, a Lei de Biossegurança e a lei das sementes assim como a liberação dos transgênicos, favoreceram as empresas transnacionais que dominassem o mercado das sementes. A nova tecnologia dos OGMs, abriu a oportunidade de que essas corporações precisavam para patentear as sementes que por via de regra deveriam ser um patrimônio da humanidade. Agora com as patentes das sementes controlam a produção, os agricultores são obrigados a pagar royalties sobre cada transgenia que é criada.

A indústria de sementes também se aliou a indústria química, agora o pacote do transgênico vem recheado de agrotóxicos desde o plantio até a colheita, o solo já não é visto como algo vivo, com múltiplas inter-relações, o solo serve apenas como um suporte físico para a produção, as pragas não são controladas com inimigos naturais, mas com agrotóxicos e o trabalho utilizado para produzir agora está a cada dia mais automatizado. O agricultor não tem sequer um mínimo de domínio da produção que tem na propriedade, a maior parte da produção não fica nas mãos do produtor, mas nas mãos da indústria de insumos.

[...] para começar é um pacote que você adota para produzir e quem lucra com tudo isso são as multinacionais dona dessas sementes transgênicas e a indústria do agroquímicos que são os venenos e os adubos, nós pequenos produtores só mantemos esse sistema por que o lucro não fica nas nossas mãos. (Entrevista II).

A produção transgênica da soja tem muitas desvantagens, mas algo que preocupa os agricultores do Assentamento Rondinha é o que essa produção impactou no auto sustento das famílias. A soja vem competindo fortemente com o espaço que os agricultores têm na sua propriedade destinado a produção de alimentos para o consumo das pessoas integrantes daquele núcleo familiar. Ao serem interrogadas, a respeito de como era a produção camponesa antes da instalação da soja transgênica e como está hoje, os agricultores não hesitaram em

expressar o quanto é difícil conciliar a produção de subsistência com a monocultura.

O fato é que a soja invade ano após ano as lavouras que antes eram destinadas ao plantio do milho, do feijão, do amendoim, da mandioca, e isso causa para o agricultor camponês um descontentamento pois são alimentos que estão diretamente ligados à sua alimentação. Os agricultores afirmam que no início do assentamento produziam uma diversidade muito grande de alimentos para o auto sustento, tanto da família como para trato dos animais.

Antes de implantar a produção da soja transgênica aqui em casa, nos plantava uns dois hectares de milho, 1 hectare de arroz, cerca de 0,5 hectare de feijão e daí mais ou menos 1,5 hectare de mandioca e amendoim. (Entrevista I).

Essas famílias, logo que foram assentadas produziam uma grande diversidade de culturas no coletivo, com a finalidade de auto sustento e também de geração de renda. A organização do assentamento era em bolsões, cada um composto por um determinado número de famílias que se organizam em mutirões para o plantio e limpeza das plantações. Todas as atividades eram realizadas apenas com ferramentas manuais e com o auxílio de animais como junta de bois ou cavalo.

No começo era tudo lavoura coletiva, nos produzia em coletivo no grupo que a gente tinha que era chamado de bolsão. Lavourão onde era produzido tudo junto. Era produzido milho, feijão, arroz, batata doce, mandioca, amendoim, bom tudo quanto é tipo de miudeza. (Entrevista I).

Outra família afirma que a produção era organizada pelos bolsões.

Olha a produção era feito meio que nos bolsões, tinha quem fazia entre os amigos, outro entre os parentes, mas no geral era tudo feito coletivo, ninguém plantava tudo o que precisava apenas para a família tudo era repartido. (Entrevista IV).

Algumas famílias afirmam que a falta de assistência técnica aos agricultores dificultou um pouco a produção no início do assentamento, e por isso os agricultores produziam coletivamente. Segundo uma das famílias entrevistadas a produção coletiva era uma forma de agregar experiências das várias famílias envolvidas no processo produtivo.

Era meio de qualquer jeito na verdade, nós não tínhamos muita assistência mais tarde que entro a COPETEC e mais tarde daí a EMATER estava dando assistência né, mas no começo era complicado e ai nos mesmos que se organizamos somando os conhecimentos das famílias que participavam do coletivo e começamos produzi entre as famílias os que tinham mais afinidade entre si e ai era tudo coletivo. (Entrevista II).

A produção transgênica influenciou, modificou e impactou de uma maneira ou de outra todas as famílias assentadas que se envolveram com esse novo processo produtivo. Todos os impactos ambientais que foram descritos acima, não são suficientes para descrever os problemas que se gerou no assentamento após a introdução da soja transgênica.

Ao entrevistar as famílias a respeito das mudanças nas relações sociais que aconteceram no decorrer dos anos desde que a produção transgênica foi implantada no assentamento, se pode observar que nova agricultura não contribuiu com o entrosamento das famílias, ao contrário ela permitiu um afastamento dos agricultores, um isolamento na sua propriedade. A produção da soja transgênica diminuiu os mutirões por que as máquinas realizam o mesmo trabalho em um espaço muito menor de tempo.

Um outro ponto importante de ser analisado é que ao passar dos anos a soja ganhou espaço dentro das unidades de produção e as outras culturas de auto sustento diminuíram. A diversidade de produtos que era muito grande nas propriedades permitia que os agricultores realizassem a troca de alimentos entre as famílias vizinhas, como melão, melancia, mandioca, pepino.

Essa troca de produtos entre os vizinhos permitia um maior entrosamento entre as pessoas. A monocultura adentrou as áreas que antes eram destinadas a produção de auto sustento, diminuindo a diversidade de culturas produzidas na propriedade, prejudicando a soberania alimentar das famílias e implicando nas relações de troca entre as famílias e nas relações sociais do dia a dia.

Mudou 80, 90%, por que agora é cada um pra si, ninguém mais se ajuda, não é que nem antigamente que a gente fazia puxirão e todo mundo se ajudava era muito divertido e rendia as vezes a gente limpava 5 hectares em um dia em 30 40 pessoas na enxada. As lavouras grandes que a gente fazia quando não era coletivo por exemplo o vizinho plantava 5 hectares de milho, nós plantávamos 2 de feijão e tudo era repartido nós fazíamos uma lavoura grande e na época das limpezas todo mundo se ajudava. Agora que não plantamos mais tantas miudezas como antes, as pessoas tão parando de produzir comida e produzindo cada vez mais soja acabo essas parcerias e entre ajuda. E nas relações sociais não é diferente, na época das miudezas os vizinhos trocavam presentes né. Um levava uma melancia para o outro e já aproveitava para conversar e tomar um chimarrão e assim que era. Agora a gente fica o ano inteiro em casa e não tem mais aquela relação com os outros vizinhos. (Entrevista I).

O modelo agrícola da produção da soja transgênica não afeta só as relações sociais ou as questões ambientais dentro do assentamento. Também impacta de forma direta as mulheres, seja pela baixa taxa de emprego, ou seja, pela exclusão

feminina do trabalho. Segundo CAMPOS (2009, p.181), “[...] a exclusão social, ainda que afete uma parcela da população, é muito mais severa entre as mulheres, uma vez que elas têm mais dificuldades de acesso a postos de trabalho”. De uma forma ou de outra o agronegócio é o responsável por um número significativo de trabalhos no assentamento, sejam eles temporários ou não e há uma grande desigualdade de gênero em relação as mulheres nesse caso.

As mulheres no modelo produtivo do agronegócio não assumem posto que sejam decisivos por exemplo nas decisões sobre a produção, muito poucas mulheres participam do processo de produção, um número muito pequeno trabalha com máquinas e essa “[...] exclusão feminina do mundo do trabalho engendra não apenas a pobreza de escassez de rendimentos monetários, mas produz impactos em múltiplas dimensões da vida das mulheres” (CAMPOS, 2009, p. 181). O salário pago para as mulheres na maioria das vezes é menor do que para os homens, com o argumento de que são contratadas para serviços que não exigem muito esforço físico.

Em uma condição semelhante se encontram os jovens, que na ausência de ocupação no campo pela redução da mão de obra devido a mecanização agrícola da produção transgênica, não veem na propriedade a perspectiva de futuro. O êxodo rural dos jovens está vinculado com falta de oportunidades de atuação dentro do setor agrícola, seja no assentamento ou dentro da própria unidade de produção. Esses jovens migram para a cidade deixando a unidade de produção sem a possibilidade da sucessão familiar.

A consciência social é uma ferramenta importante para as famílias na luta pela autonomia e na busca pela soberania alimentar. A produção da soja nos moldes do agronegócio buscando unicamente o lucro e a exploração dos recursos naturais, muda a concepção de muitas famílias, que não se identificam mais com o campesinato nem com a luta pela terra pela qual foram assentadas, transformando o seu modo de agir e de pensar da forma que é mais conveniente com o modelo capitalista.

A “essência” de que o agricultor entrevistado se refere, diz respeito ao pensamento político e a ideologia que as famílias assentadas têm pela sua trajetória de lutas em defesa de seus direitos. A produção de monoculturas descaracteriza o agricultor camponês que não se reconhece mais como tal e acaba ficando em um estado intermediário entre camponês e capitalista (pequeno burguês). Não se

encaixa na categoria de um agricultor camponês, que produz diversidade utiliza-se do trabalho familiar para desenvolver as atividades na propriedade e tem autonomia para tomar suas decisões a respeito do que produzir, nem como um capitalista por que ainda tem resquícios de uma agricultura de auto sustento.

Eu acredito que nessa questão social a soja afastou as pessoas por que essa cultura é coisa de capitalista e o pobre que planta soja acha que vai enriquecer e perde a essência e esquece até das suas origens geralmente humilde em que foram criados, na correria tentando enriquecer. A gente também começa a pensar diferente sabe parece que a gente acaba esquecendo as pessoas e se fechando no lote da gente, nem sai mais pra visita um vizinho e outro. Até as comunidades estão ficando vazias nos finais de semana. (Entrevista III).

O modelo de produção transgênica acaba por transformar o assentado, em apenas um produtor de mercadorias para o mercado internacional (produtor de commodities), perdendo o seu vínculo com a sociedade, a sua função social. Isto lhe afasta do “gênero humano” e lhe estreita laços com o mundo exclusivamente individual, egoísta e mesquinho, próprio do universo burguês. O modo como se dá as suas relações técnicas produtivas influencia no seu ser, nas suas relações sociais e na sua consciência social.

Todos esses desequilíbrios que aconteceram no assentamento sejam produtivo, social ou ambiental, tem algo em comum. A produção transgênica da soja acarretou inúmeros impactos para os agricultores, e hoje até mesmo as famílias que não trabalham com essa cultura não estão a salvo dos problemas que ela gerou. Os agrotóxicos, a mecanização, o monocultivo são alguns dos mais evidentes problemas relatados pelas famílias, porém á muitos outros impactos que nem sequer percebemos, mas que estão lá.

Apesar das dificuldades encontradas para trocar essa matriz produtiva instalada no local, os agricultores estão desenvolvendo estratégias para superar esse retrocesso que sofremos enquanto assentados e filhos de assentados. A resistência das famílias é evidente, a organização para criar novas formas de comercialização é uma luta constante das cooperativas e dos movimentos sociais, das associações e dos grupos de mulheres do Assentamento Rondinha, os agricultores reconhecem a necessidade de recuperar a sua produção de autoconsumo, de erradicar o uso agrotóxico e da soberania alimentar.

Ao reconhecer a necessidade de transformar a forma como a produção está organizada atualmente, as famílias despertam para procurar novas maneiras de

produzir e de comercializar. No momento que se organizam as cooperativas o trabalho cooperado permite uma nova organização do trabalho e da produção, que posteriormente também traz resultados mostrando que a monocultura não é a única alternativa como muitas famílias reproduzem hoje e que há outras maneiras mais saudáveis de produzir alimentos, com menor impacto para o meio ambiente, que não interfira de forma negativa nas relações sociais das famílias e que construa o conhecimento popular.

A organização do MST, também é uma importante ferramenta para a construção de uma consciência crítica das famílias, permitindo que os agricultores compreendam as contradições desse modelo produtivo da soja. Nessa trajetória de mais de 15 anos de assentamento, o MST veio construindo junto as lideranças e militantes e a sua base social para um novo caminho produtivo. Uma forma de agricultura baseada em um novo modelo tecnológico (a agroecologia), e um novo caminho de inserção econômica das famílias, através das feiras de orgânicos e das cooperativas, como exemplo a COOPERCAMPO que beneficia famílias assentadas com a prestação de serviços e com a comercialização do leite.

Segundo o MST

Para finalmente realizarmos uma Reforma Agrária verdadeira em nosso país, é preciso agora enfrentar o agronegócio e os interesses do capital internacional. Realizar a Reforma Agrária que defendemos é libertar estas terras para produzir alimentos, é criar condições dignas de vida no campo e na cidade, é construir uma sociedade em que o nosso povo tome seu destino pelas mãos e decida o seu caminho. (MST, 2018, p.1).

Com isso a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, vem trabalhando para construir alternativas viáveis de produção, que proporcione ao agricultor uma maior remuneração com o seu trabalho e produza alimentos de qualidade. Conforme Martins,

Ao influir no complexo processo de valorização dos (as) assentados (as), em suas objetivações produtivas, afirmando alternativas viáveis, permitindo escolhas que remetem os indivíduos ao plano humano genérico, o MST, ao organizar a produção de alimentos saudáveis, afirma na cotidianidade destas famílias uma ética fundando uma individualidade partícipe do gênero que se reconhece como tal. [...] (MARTINS, 2017, p.184).

Outra importante participação do MST, foi na busca pela realização de audiências públicas, que foram realizadas dentro município de Jóia tratando da questão dos transgênicos e do uso dos agrotóxicos. O Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FGCIA), foi realizado em 2015, no Município de Ijuí,

na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O objetivo do evento foi debater e propor encaminhamentos a respeito dos impactos do uso de agrotóxicos na saúde e no meio ambiente. Uma encenação teatral do MST, por integrantes da Escola Estadual de Ensino Médio Joceli Corrêa, do Assentamento Rondinha antecedeu as discussões. A palestra de abertura foi do coordenador da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Leonardo Melgarejo, também engenheiro agrônomo da EMATER. O especialista relatou que o Brasil é o principal consumidor de agrotóxicos do planeta e o Rio Grande do Sul tem média superior a nacional, que é de 5,2 litros por pessoa por ano. A região de Ijuí-Jóia tem um consumo de quatro a cinco vezes maior que a média brasileira.

Isto só aconteceu porque o MST, tendo consciência da contradição, puxou e estimulou estas atividades. Essa organização política conhecida como MST, com sua nova estratégia de Reforma Agrária Popular (RAP) expresso num Programa Agrário, ao longo dos últimos 15 anos vem contribuindo no processo de tomada de consciência das contradições do modelo e disto ajudando a organizar outros caminhos alternativos para a produção.

CAPÍTULO IV. EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO RONDINHA

A longa trajetória de lutas pela conquista da terra, a determinação das famílias camponesas na luta contra o avanço do capital, são exemplos das formas de organização e de resistência que se estabelece dentro de um assentamento da Reforma Agrária.

Os agricultores do Assentamento Rondinha têm muitas dessas características que demonstram a sua força e a persistência na batalha para manter a sua identidade camponesa. A produção e o modo de viver das famílias demonstram que apesar das mudanças na sua matriz produtiva, atualmente trazem consigo o desejo da transformação da sociedade e da produção que é a principal fonte de renda das famílias.

Apesar de que os camponeses têm suas particularidades em cada lugar do mundo, alguns fatores são essenciais para que se caracterizem como tal. O campesinato envolve todas as dimensões do desenvolvimento humano, o social, político, econômico, cultural e o natural, portanto não é apenas o fator econômico que os identifica, mas sim o seu modo de vida, como se organizam, as suas relações e claro o seu modo de produzir. No Assentamento Rondinha todas as famílias entrevistadas possuem (mesmo que uma área muito pequena) a sua produção para o auto sustento.

Essa área destinada a produção de alimentos para o auto sustento varia de propriedade para propriedade de agricultor, indo desde meio hectare até três hectares, onde os produtores trabalham com uma diversidade de culturas, visando a alimentação da família e dos pequenos animais criados na propriedade. Para essas culturas o agricultor não lança mão do uso do agrotóxico, apesar de que a adubação utilizada seja química-sintética como exemplo o NPK. Essa área além de um espaço de produção mais sustentável é um local onde a família interage entre si, aqui a mulher tem um papel importantíssimo, ela toma decisões importantes a respeito do que o onde produzir, as crianças e os jovens participam do processo produtivo seja no plantio, nos tratos culturais ou na colheita.

A campo entrevistando famílias camponesas que se envolveram no processo produtivo da soja transgênica, foi possível observar a necessidade que os agricultores têm de voltar as suas raízes. O resgate da produção para o auto

sustento e a soberania alimentar é a prioridade dos agricultores que se sentem inseguros com a soja. A vulnerabilidade da monocultura às intempéries do tempo e ao ataque de pragas e doenças preocupa as famílias pelo risco de perder toda a produção, ficando sem alternativas de renda para sobreviver o ano todo.

O agricultor assentado, que trabalha com a produção da soja, além da preocupação com a produção a campo, tem uma preocupação com a possibilidade de crises econômicas (comuns nos últimos anos), o que afeta diretamente o valor dessa *commoditie* de forma negativa. Uma crise econômica nos países que negociam com o Brasil baixa muito o valor comercial da soja, o que seria muito difícil para o agricultor que além de ter uma margem de lucro muito baixa em anos de bom rendimento produtivo fica à mercê desse sistema globalizado que dita as regras a respeito da comercialização desse produto.

Dessa forma quando os agricultores foram indagados a respeito da necessidade de produzir uma maior diversidade de alimentos na propriedade para o auto sustento e diminuir a dependência da produção da soja transgênica, todas as famílias entrevistadas afirmam que sentem a necessidade e que se possível, com o passar dos anos querem tornar a propriedade um lugar livre de transgênicos e de agrotóxicos.

Eu sinto a necessidade de produzir mais diversidade na minha propriedade. Sinto mesmo, é uma das coisas que mais me faz falta é produzir uma maior diversidade de alimentos aqui em casa. Por que hoje em dia se depender do mercado Meu Deus não tem quem aguarde os gastos, então já que graças a Deus né nós temos terra para produzir acho que isso é muito importante. Um pouco por que diminuí os gastos e por outro lado os alimentos que a gente produz aqui na colônia são mais saudáveis que aqueles lá do mercado. (Entrevista V).

As famílias percebem que a dependência do mercado a cada ano aumenta, e o que é produzido na lavoura da soja é gasto com alimentos como o feijão, arroz, mandioca, o milho e outros produtos para trato dos animais, por isso que a diversidade de culturas é uma alternativa importante para contrapor o avanço da soja dentro das propriedades e recuperar a autonomia econômica das famílias, sem esquecer da soberania alimentar que é uma das características fundamentais dos camponeses.

Com certeza né a necessidade de produzir tudo quanto é tipo de alimento é muito importante para nos camponeses por que aqui nós temos a terra e somos quem simpatiza com ela, devemos produzir o máximo que nos pode, se livra de ter que trazer tudo do mercado. Só soja não vale a pena por que estamos perdendo a nossa autonomia a cada dia que passa ficamos mais

dependentes do mercado e a soja está ganhando cada dia mais espaço dentro das nossas unidades de produção. (Entrevista II).

A organização dos camponeses com os movimentos sociais, permitiu que em coletivo que os agricultores discutissem formas de resistência, tanto para poder ficar na terra como para contrapor o agronegócio.

Uma das grandes alternativas para barrar o avanço do capital no campo foi a formação de associações, coletivos e cooperativas. Nas associações, nos coletivos e dentro das cooperativas os assentados realizam um conjunto de atividades e enfrentamentos que estão diretamente ligadas a luta de classes, o trabalho é coletivo e permite competir com grandes empresas por espaço no mercado.

A trajetória de lutas dos assentados, já teve início dentro dos acampamentos, aonde começou a luta pela terra. Nessa trajetória os camponeses realizam diversas atividades coletivas para que fosse possível resistir e conquistar seu pedaço de chão, e quando finalmente na terra camponeses usaram esses princípios básicos de organização do trabalho para produzir e entre esses o trabalho coletivo.

Uma das atividades coletivas que foi desenvolvido no Assentamento Rondinha, foi a criação e a organização de cooperativas tanto na área da produção agrícola como da pecuária leiteira. As cooperativas auxiliam os agricultores na produção beneficiando as famílias com horas máquinas por um custo mais baixo, sementes de pastagens, plantio de lavouras e colheita. É o que se pode observar no depoimento de uma das famílias ao ser entrevistada sobre a participação e as vantagens da cooperativa. [...] participo de uma cooperativa que trabalha com o recolhimento de leite e prestação de serviços como plantio de pastagens e silagem. Fica mais fácil assim, a cooperativa presta serviço, mas com um custo bem menor do que se fosse pagar particular então para nos pequenos agricultores é uma boa opção. (Entrevista V).

Existem outras atividades que também fazem parte da vida das famílias assentadas. São essas atividades coletivas características ao modo de vida camponês, tais como troca de dias de serviço, roças comunitárias, ajuda mútua, etc. Essas atividades foram desenvolvidas por muito tempo no assentamento e ajudou construir as relações sociais entre as pessoas.

Nós fazíamos troca de serviços, entre as famílias. Nosso grupo que tinha 4 lotes tudo pertinho, nós produzíamos tudo junto e aí puxirão troca de serviços isso era direto. (Entrevista II).

O trabalho coletivo foi a saída encontrada nos primeiros anos de assentamento para produzir. As dificuldades econômicas e a falta de ferramentas para trabalhar a terra levou as famílias a somarem forças. A produção de alimentos então se tornou mais fácil quando realizada em grupo, as famílias dos bolsões se

reuniam discutiam onde e o que seria plantado e o trabalho era conjunto produzindo uma grande diversidade de produtos que serviam na alimentação direta da família, trato para os animais e ainda venda para obtenção de renda monetária.

As primeiras cooperativas eram de prestação de serviços o que contribuiu bastante para facilitar a produção, auxiliando com máquinas e implementos principalmente para “abrir os campos” e preparar as áreas para o plantio.

Olha a COPETEC prestava serviços para o pessoal do grupo que a gente criou abrindo campo para nos pode planta, mas de cooperativa mesmo a gente entro foi a COOPERVIDA. Os mutirões sim por que essa era a única forma de dar conta de limpar as plantas por que era tudo na enxada. (Entrevista III).

Essa forma de trabalho realizado pelas famílias é uma forma de resistência no campo, o trabalho familiar, a cooperação e a produção para ao auto sustento da família são características do camponês. Para entender esse modo de vida das famílias se faz uso das teorias de Chayanov (1924), pois o autor aborda as questões entorno do comportamento econômico de unidade de produção camponesa, onde os elementos como a terra, o trabalho familiar e a produção para o autoconsumo são fatores determinantes para que seja possível a sua reprodução social.

A forma com que a unidade de produção camponesa se reproduz não está baseada exclusivamente na racionalidade econômica clássica mercantil, onde se preza apenas o lucro, mas sim numa lógica de reprodução familiar, garantindo a satisfação das necessidades dos membros integrantes da unidade familiar.

Chayanov (1924), constata que apesar da existência dos elementos de produção como trabalho, bens de produção e terra, na produção camponesa não ocorria geração de salário, lucro e renda da terra como é a o caso da teoria de produção capitalista, uma vez que o equilíbrio que se busca na unidade de produção camponesa estaria entre necessidades de subsistência e a não submissão ao trabalho forçado.

As famílias camponesas do Assentamento Rondinha têm várias formas de geração de renda como as atividades agrícolas, sejam elas coletivas ou então a nível familiar, para que seja possível a sua sobrevivência e reprodução social, preservando características camponesas, como a produção para o auto sustento. Mas sofrem uma metamorfose para que seja possível se adequarem às regras do mercado, buscando produzir o que é fácil de vender e buscar aumento da renda dos seus produtos.

É importante lembrar que além das relações de intercâmbio que as famílias do Assentamento Rondinha realizam com o mercado, existe a troca de produtos, as relações de troca de mão de obra com os vizinhos, os mutirões que preservam as relações de reciprocidade entre os camponeses e ainda hoje estão presentes entre as famílias camponesas. Essa reciprocidade entre os agricultores produz valores humanos de confiança e de solidariedade fortalecendo as redes de cooperação não só sociais, mas também relações econômicas permitindo o que estes tenham uma maior independência das relações mercantis.

Os mutirões que representam uma importante forma de resistência do camponês, é uma troca de serviços entre as famílias assentadas, vizinhos e amigos que se reúnem em certas épocas do ano (geralmente quando é época de colheita e dos tratos culturais), para trocar dias de serviço, uma forma de trabalho recíproca onde uma família ajuda a outra quando a necessidade de força de trabalho aumenta dentro da unidade de produção.

As cooperativas do Assentamento Rondinha como a COPERCAMPO que é uma cooperativa de prestação de serviços de máquinas, permite aos agricultores sócios que se entre ajudem, trocando experiências para produzir e possibilitando a comercialização que é um grande entrave para a produção local. A própria cooperativa compra a produção do camponês que é sócio, beneficia os grãos e após a rotulagem dos produtos, comercializa.

Essa forma de organização das famílias em cooperativas demonstra a capacidade que os agricultores têm de produzir uma diversidade de produtos alternativos e abre caminhos para novas possibilidades de comercialização que antes não eram possíveis. Isso é uma alternativa real para substituir a agricultura convencional da soja transgênica nas propriedades camponesas. O coletivo dos sócios da COPERCAMPO, tem um planejamento de nos próximos anos produzir amendoim e feijão orgânicos visando a qualidade dos alimentos, a saúde do consumidor e a proteção do meio ambiente.

Outras formas de resistência camponesa frente o agronegócio no assentamento é o trabalho coletivo das mulheres. O trabalho do grupo de mulheres é um exemplo da organização e do empoderamento feminino, que se substancializa na gerência do coletivo de mulheres e na produção de panificados. As mulheres são as mais atingidas com esse novo modo de produção, que desqualifica o trabalho feminino e não permite que atuem no processo de tomada de decisão produtiva

dentro da propriedade.

A organização desse coletivo contribui para que as mulheres adquiram uma renda a mais através da comercialização dos seus produtos nas feiras organizadas pelo MST e entre os próprios assentados. As mulheres são as responsáveis pelo gerenciamento do grupo o que agrega conhecimentos administrativos e organizacionais contribuindo na sua formação enquanto indivíduo e melhorando as suas relações sociais com as outras mulheres camponesas.

Organizadas em coletivos essas agricultoras, produzem uma diversidade de alimentos, utilizando ingredientes oriundos da agricultura camponesa, como ovos, leite, farinha de trigo e milho. As mulheres apostam na diversidade e nos produtos de origem colonial.

As relações de trocas de produtos entre famílias também são características do camponês e demonstra a solidariedade que existe entre os agricultores. Um exemplo disso é, uma família que produz uma certa quantidade de melancia e essa produção é maior que o consumo, logo ela constrói uma relação de trocas com o vizinho que produz pepino, ou aboboras. Essa troca de produtos além de construir uma boa relação entre as famílias, é também uma forma de comércio simples que não envolve o dinheiro, o valor de um produto não é descrito pelo seu valor monetário, mas sim pela necessidade que a família tem de consumi-lo.

As famílias do Assentamento Rondinha se organizam para mobilizações, como as jornadas de luta (ocupação de órgãos públicos, trancamento de rodovias e as audiências públicas), reivindicando seus direitos enquanto trabalhadores rurais. Essa organização é também a sua resistência, frente as imposições do sistema capitalista que vem tentando suprimir os pequenos agricultores. As mobilizações demonstram a força do povo camponês, dos agricultores sem terras, através da organização em diferentes movimentos sociais, unindo forças no combate a um inimigo gigantesco que é a invasão do capital financeiro no campo.

As atividades produtivas, os grupos de mulheres, as cooperativas são importantes demonstrações de força organizacional dos camponeses, mas as atividades comunitárias sempre foram formas de resistência.

No Assentamento Rondinha, as comunidades se organizam para celebrações e festas, com reuniões dançantes, torneios de futebol e de bocha, buscando a participação de pessoas de diferentes faixas etárias. Os agricultores participam do campeonato da Reforma Agrária que todos os anos reúne pessoas de

assentamentos, municípios e regiões diferentes do estado, da qual foram campeões em 2017⁹.

Os jogos interativos, as festas nas comunidades, os torneios que são realizados buscam essa aproximação entre as pessoas, desenvolvendo relações de companheirismo com outros agricultores de regiões diferentes. Estas atividades contribuem de forma positiva na vida das famílias e na sua tomada de consciência. Essa vida comunitária é também fruto da luta dos camponeses, aqui também está a expressão da resistência, da luta pela terra, da Reforma Agraria desse povo que lutou muito pela terra e agora construiu nessa região o seu território.

⁹ Os times de futebol das categorias: masculino, feminino e veterano, foram campeões estaduais no ano de 2017 do 9º Campeonato Estadual Reforma Agraria organizado pelo MST. O campeonato foi realizado no município de Hulha Negra no estado do Rio Grande do Sul, no Assentamento Conquista da Fronteira. O campeonato é um momento de estimular a participação, principalmente dos jovens, e de reunir e organizar as comunidades para que seja possível ter uma vida mais digna no campo. O campeonato da Reforma Agraria é um momento de aproveitamento dos esportes e da interação entre os assentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio é um aprofundamento do modelo convencional de agricultura, do modelo capitalista. Este aprofundamento é expressão da mudança que o capitalismo no mundo, sofreu a partir dos meados dos anos 80, quando esse ingressa na esfera da acumulação financeira. Na agricultura Brasileira isso amadureceu em meados do segundo mandato do Governo FHC (pós 1999). Este modelo modificou aspectos técnicos da agricultura convencional, sobretudo com a introdução dos transgênicos, e do aumento no uso dos insumos, mas para além de um modelo de produção o agronegócio, expressou uma nova aliança de classes no campo brasileiro.

As transformações que se operam na área da agricultura no Assentamento Rondinha, decorrentes da implantação desse novo modelo produtivo, têm provocado mudanças nas atividades cotidianas dos camponeses, que lutam para resistir ao avanço do agronegócio. Esse por sua vez permeia o campo buscando a cada dia mais espaço dentro das propriedades dos agricultores, com consequências sociais ambientais e econômicas as famílias produtoras. O agronegócio defende os interesses das transnacionais, e o camponês passa a viver na terra somente na condição de empregado a serviço das corporações, perdendo a sua autonomia e a soberania alimentar.

Esse agronegócio trouxe para os agricultores do Assentamento Rondinha mudanças na estrutura produtiva das famílias e interferindo nas suas relações de reciprocidade, especialmente as relações de vizinhança. O uso dos agrotóxicos para a produção é alarmante e a cada safra os índices aumentam, a soja se configura um modelo de produção pouco rentável com um custo de produção muito alto, para as pequenas propriedades.

A poluição dos rios e dos mananciais por partículas dos agrotóxicos e a perda da fertilidade natural do solo são mais alguns dos efeitos dessa produção no meio ambiente. Moléculas de agrotóxicos podem causar graves consequências a saúde dos agricultores e provocar sérios desequilíbrios ambientais.

A monocultura se instalou nas propriedades dos agricultores e a cada ano avança nas áreas destinadas a produção de auto sustento, sujeitando as famílias ao resultado da produção no final de cada safra. Houve uma diminuição significativa das áreas para produção de alimentos e agora o agricultor camponês vê no mercado

o principal vilão, dependendo dele para obter parte ou quase toda a alimentação da família.

Mesmo a soja atualmente sendo a principal *commoditie* produzida em larga escala no município de Jóia e conseqüentemente dentro do Assentamento Rondinha ela é vulnerável, o agricultor não tem segurança de que vai conseguir uma boa safra. É uma cultura muito dependente das condições edafoclimáticas, muito susceptível ao ataque de pragas e doenças, podendo facilmente não obter bons resultados produtivos dependendo da situação como se comportar o ano safra.

É importante destacar aqui também a dependência que essa *commoditie* têm do mercado externo, que sustenta artificialmente elevados os preços da soja, fruto da especulação dos títulos desta commodities no mercado financeiro. Se porventura um ano em que todas as condições climáticas se comportaram exatamente como a demanda da cultura da soja, mas o mercado internacional não tiver uma demanda, o preço do saco da soja desvaloriza a ponto de que o produtor não tenha lucros com a sua super safra.

A percepção dos agricultores sobre o agronegócio hoje é de que a produção numa lógica exclusivamente mercadológica descaracteriza o camponês transformando o em um pequeno burguês, fragiliza a organização do MST na qual somos parte e transforma famílias camponesas em reféns do pacote agroquímico dos transgênicos. A luta das cooperativas, dos coletivos e dos dirigentes dos movimentos sociais do Assentamento Rondinha está concentrada na mudança da matriz produtiva instalada na região, buscando alternativas de resistência para os camponeses frente o avanço da produção da soja transgênica.

O fato dos agricultores camponeses terem adotado em suas propriedades a produção de monoculturas como exemplo a soja transgênica, leva a perceber que o assentamento se transformou em um território em disputa, no qual se manifestam as contradições da luta pela terra e se estabelece o conflito entre a resistência camponesa e a exploração capitalista do território camponês.

Como condição resultante do avanço do agronegócio no meio rural e os impactos que trouxe para as famílias, os agricultores do Rondinha construíram formas de resistência como camponeses e camponesas, não se submetendo as condições impostas pelo modelo empresarial, o qual lhes tem privado da possibilidade de viver e produzir com autonomia e soberania dentro das suas propriedades.

Muitas dessas formas de resistência já se desenvolviam mesmo antes do assentamento. O cooperativismo é uma das formas que mais se destacou na construção de uma base produtiva, na organização do trabalho. Em conjunto com agricultores as cooperativas conseguiram produzir uma diversidade de alimentos e também os introduzir no mercado. A produção, a autonomia e a soberania alimentar é possível de ser resgatada e os agricultores estão no caminho certo.

A resistência das famílias camponesas está centrada no plano da retomada da produção para auto sustento, produzindo alimentos saudáveis e com um menor impacto ambiental, visando a soberania alimentar de cada núcleo familiar. O plano organizativo das famílias com a organização da cooperação, através de cooperativas, exemplo a COOPERCAMPO e no caso dos grupos de mulheres agricultoras, o coletivo Mãe Terra, que estão construídos em conjunto com os assentados alternativas viáveis de produção e comercialização dos produtos da Reforma Agraria.

Outra questão importante é o plano econômico, onde as cooperativas buscam mercados alternativos para contrapor a matriz produtiva soja-leite instalada no assentamento. A COOPERCAMPO, vem trabalhando em conjunto com o MST a questão da produção de feijão orgânico com as famílias agricultoras dos assentamentos do município de Jóia e da região. Essa alternativa busca confrontar com a produção intensiva da soja dentro das propriedades possibilitando aos camponeses terem a oportunidade de produzir de uma forma mais ecológica e mesmo assim conseguir conciliar a sustentabilidade com o fator econômico.

A riqueza de experiências produtivas que cada família traz na sua bagagem como agricultor, cria inúmeras possibilidades de produzir uma diversidade cultural enorme, favorecendo a busca por novos mercados. Essa “bagagem” que os agricultores trazem juntamente com o conhecimento técnico-científico dos agrônomos e técnicos da cooperativa é a ferramenta que a cooperativa pode explorar para construir alternativas, seja de produção ou de beneficiamento de produtos agrícolas, buscando resgatar a produção agroecológica, livre de transgênicos e agrotóxicos.

As lutas dos agricultores, em defesa dos seus direitos e na busca pela conscientização da população em relação ao uso dos agrotóxicos e os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), em conjunto com o MST é parte da luta e da consciência que os camponeses adquiriram ao decorrer dessa trajetória de

enfrentamentos. A organização dos assentados está se desenvolvendo e a cada dia, crescendo em termos de conhecimento e capacidade de resistir as imposições capitalistas no campo.

Além de todos os temas abordados aqui, a cultura também é importante para fortalecer a resistência das famílias assentadas. A dimensão que a comunidade alcança é muito grande com a realização de celebrações, festas, lazer (futebol, bocha, futsal), proporcionando a interação entre agricultores, desenvolvendo um desejo de permanecer no campo, através das atividades interativas e da participação nas atividades comunitárias. Assim como a cultura, o lazer a luta política também é um grande pilar na resistência

A luta política dos agricultores camponeses é uma ferramenta que lhes dá a capacidade de seguir lutando e organizando as famílias com sua pauta corporativa pela Reforma Agrária e denunciando o modelo agrícola atual, seja via audiências públicas, seja organizando feiras de produtos ecológicos ou intercâmbios com outros agricultores ecológicos. Seja na luta geral que está envolvida a sociedade brasileira atual, buscando viabilizar um Projeto Popular para o Brasil e resistir às imposições do capital no campo.

Assim como é possível perceber a importância de estudar os impactos da soja para as famílias camponesas do Assentamento Rondinha, o presente trabalho também vem contribuir na formação profissional do autor. As pesquisas e as dificuldades que se encontraram no decorrer do desenvolvimento desse estudo contribui com a construção do conhecimento e dá práxis (teoria e prática), que é uma importante ferramenta para ser utilizada pelos agrônomos e extensionistas que atuam dentro dos assentamentos da Reforma Agraria.

O presente estudo é um start na construção do conhecimento e contribui significativamente para que seja possível desenvolver mais pesquisas a respeito desse tema, que tem uma grande importância para a sociedade. O conhecimento adquirido com a construção desse material contribui para as atividades que serão desenvolvidas pelo pesquisador no decorrer da sua profissão e também para alertar as famílias dos impactos da produção dos transgênicos dentro dos assentamentos.

Esse debate sobre os impactos da produção da soja transgênica é um debate que merece ser mais aprofundado, com análises minuciosas sobre os residuais de agrotóxicos na água, no solo e nos alimentos consumidos pelos agricultores.

Apesar de ser um estudo de caso e assim restringir a pesquisa a um local

específico, e pequeno em relação ao tamanho e a expansão da monocultura da soja já é possível discutir um leque de questões sobre os impactos e as contradições que o modelo agrícola adotado pelo capital traz para os pequenos agricultores dos assentamentos. Além da conscientização das famílias do Assentamento Rondinha, o presente estudo também tem a intenção de despertar o interesse de pesquisadores e estudiosos dispostos a tratar dessa questão com mais delicadeza e profundidade demonstrando o impacto negativo da produção transgênica da soja a importância de produzir alimentos saudáveis livres de agrotóxicos para a melhoria da qualidade de vida do camponês e de todos os indivíduos integrantes da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Agrotóxicos. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos>>. Acesso em: 03 maio 2018.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In PAULINHO, Eliane T. e FABRINI, João E. (org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. P.303-325.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Informações Agropecuárias**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/servicos/informacoes-agropecuarias.php#.WusepFVKjIU>>. Acesso em: 03 maio 2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio - o caso de Cruz Alta/RS**. 2009. 233 f. IGEO/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, Horácio M. **Campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas**. In: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002, p. 19-35.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Informações Agropecuárias**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/index.php/info-agro/precos>>. Acesso em: 03 maio 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Identidade dos camponeses assentados no território Cantuquiriguaçu, Paraná-Brasil**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 77-88, jan./abr. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2º ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

_____; WELCH, Clifford Andrew. **Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2004.

_____. **Delimitação conceitual de campesinato.** 2004. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/source/grupo_de_estudo_e_pesquisa_do_espaco_rural__campus_foormosa_281/conteudoN/6633/Delimitao_conceitual_de_campesinato_Bernardo_Manano_1.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Perfil Sócio Econômico/Agricultura. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=3>>. Acesso em: 04 maio 2018.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Agricultura camponesa.** Disponível em: <<https://www.social.org.br/relatorio2005/relatorio011.htm>>. Acesso em: 09 jan 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O território em tempos de globalização.** Etc., espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. Nº 2(4), vol. 1, p. 39-52, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de Dados,** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/ligacoes_aereas_2010/base.shtm> Acesso em: 06 jan 2018.

INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Relatórios de Mercados/Boletins.** Disponível em: <<http://www.imea.com.br/imea-site/relatorios-mercado-detalle?c=4&s=2>>. Acesso em: 03 de maio 2018.

LEITE, Sérgio et al. **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: UNESP, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. REVISTA ELETRÔNICA NERA. Nº. 12, Vol. 1, p. 57-67, ano 11, janeiro/junho, 2008.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação. 2017. 282 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós - Graduação em Geografia, IGEO/UFRGS, Porto Alegre, 2017.

_____. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo**: as comunidades de resistência e superação no MST. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. O contexto da reforma agrária bloqueada. *In*: PALUDO, Conceição (org.). **Campo e cidade em busca de caminhos comuns**: I SIFEDOC. Pelotas: Editora da UFPEL, 2014. p. 91-103.

MARTINS, José de Souza. A produção capitalista de relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café. *In*: _____. **O cativo da terra**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MAZZINI, E. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? Presidente Prudente, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

MENDES, Naira Letícia Giongo. **A contribuição dos assentamentos de reforma agrária para o desenvolvimento econômico e social do município de Jóia**. 2010. 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao curso de História. UNIJUI, Ijuí, 2010.

MORAIS, Hugo Arruda de. Território e a dimensão espacial do discurso em torno dos assentamentos rurais. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife**, v.03, n.02, 2014.

NETO, Benedito Silva. FRANTZ, Telmo Rudi. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. *In*: NETO, Benedito Silva. BASSO, David (Org.).

Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Editora Unijuí, Unijuí, 2005.

OLIVEIRA, Antônio Cossetin de. **A expansão da produção da soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóia RS.** 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós – Graduação em Geografia e Geociências, UFSM, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, José Carlos Oliveira. **Diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar.** Bahia: UESB, 2012. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/diferenciacao-entre-agricultura-camponesa-e-agricultura-familiar/83089/>>. Acesso em: 26 jan 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. S. Paulo, Hucitec, 1978. 182 p. (Ciências Sociais, Realidade Social).

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO RURAL DA ATES. **O que produzem?** Disponível em: <http://144.217.83.59/sigra_2017/menu_principal/#> Acesso em: 10 nov 2017.

SILVA, Gerônimo Pereira da. **Modernização conservadora da agricultura capitalista e os impactos no assentamento da antiga Fazenda Annoni,** 2017. 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao curso de História. UFFS, Veranópolis, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In:* SAQUET, Marcos Aureli; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008.

_____. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. *In:*

TAVARES, Elaine (Org.). **Por que Preciso Romper as Cercas:** do MST ao jornalismo de libertação. Companhia dos Loucos Meimbipe. 2009.

TEDESCO, João Carlos, SANDER, Roberto. **Madeiros e granjeiros:** logica e contradições no processo de desenvolvimento econômico de Passo Fundo. Passo Fundo, UPF, 2012.

VANDERLINDE, Tarcísio. **CAMPONESES:** um olhar nos primórdios da modernidade, Volta Redonda, v.1, n. 5, p. 2, Abri-Ago 2004.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**, Ijuí, UNIJUÍ, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário - Entrevista aos agricultores do Assentamento Rondinha

Nome:

Idade:

Nº do lote:

Grupo:

- 1) **Como era organizada a produção do Assentamento Rondinha logo nos primeiros anos após o sorteio das terras e a divisão dos lotes?**
- 2) **Quais eram as principais culturas, criações eram produzidas em sua propriedade antes da produção da soja transgênica e qual a área que ocupavam?**
- 3) **Participava de alguma forma de cooperação? Seja cooperativa, entre ajuda, associação, mutirões, troca de serviços?**
- 4) **Quando implantou a produção da soja transgênica na propriedade? Quais foram os motivos?**
- 5) **O que mudou no manejo técnico da soja com a introdução da soja transgênica?**
- 6) **Como se dá o processo de produção da soja na sua propriedade (planta, arrenda, parceria)?**
- 7) **Como se dá o processo de comercialização da soja produzida na propriedade?**
- 8) **Onde são adquiridos os insumos destinados a produção?**
- 9) **Quais os tipos de culturas (além da soja) você produz em sua propriedade atualmente (hortaliças, olerícolas, etc.)?**
- 10) **Qual é a área destinada para produção de subsistência?**
- 11) **Participa de feiras, associações, cooperativas de produção e comercialização de alimentos ou de trocas de serviços?**
- 12) **Sente a necessidade de produzir mais diversidade de alimentos em sua propriedade?**
- 13) **O que mudou na produção da sua propriedade após a implantação da**

soja transgênica?

- 14) Quais as vantagens e desvantagens da produção da soja transgênica para a propriedade e para o assentamento?**
- 15) Observou mudanças em relação ao solo, água, após a implantação do monocultivo da soja na propriedade?**
- 16) Houve mudanças nas relações sociais ou culturais (da família com a comunidade, sociedade), com a introdução da monocultura da soja transgênica na propriedade?**

APÊNDICE B: Tabela demonstrando a variação de preços saca/grão da soja no RS de 1995-2018.

ANO	PREÇO MÉDIO (R\$) SACA SOJA
1995	R\$ 27,62
1996	R\$ 36,40
1997	R\$ 38,80
1998	R\$ 30,47
1999	R\$ 32,31
2000	R\$ 30,90
2001	R\$ 35,53
2002	R\$ 43,49
2003	R\$ 42,80
2004	R\$ 41,59
2005	R\$ 27,70
2006	R\$ 21,88
2007	R\$ 30,45
2008	R\$ 43,72
2009	R\$ 43,89
2010	R\$ 37,18
2011	R\$ 42,62
2012	R\$ 58,83
2013	R\$ 60,95
2014	R\$ 55,33
2015	R\$ 69,54
2016	R\$ 71,40
2017	R\$ 61,44
2018	R\$ 68,29

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IMEA (2018).